

Nada deve parecer impossível de mudar
por Marcelo Freixo

Indignação global
Contra a plutocracia:
99% versus 1% que possui
40% das riquezas do planeta

SOCIALISMO & LIBERDADE



Gosto dos estudantes

Violeta Parra

*Que vivam os estudantes, jardim das alegrias!
São aves que não se assustam com animal nem polícia,
e não lhes assustam as balas nem o ladrar da matilha.
Caramba e folga com a coisa, que viva a astronômica!*

*Que vivam os estudantes que rugem como os ventos
quando lhes metem pelo ouvido sotainas ou regimentos.
Passarinhos libertários, como os elementos.
Caramba e folga com a coisa, que vivam os experimentos!*

*Gosto dos estudantes porque são a levedura do pão
que sairá do forno com todo o seu sabor
para a boca do pobre, que come com amargura.
Caramba e folga com a coisa, que viva a literatura!*

*Gosto dos estudantes porque abrem o peito
quando lhe dizem farinha sabendo que é farelo,
e não se fazem de surdos-mudos quando se apresenta o fato.
Caramba e folga com a coisa, o código do direito!*

*Gosto dos estudantes que marcham sobre a ruína.
Com as bandeiras em alto vai toda a estudantada:
são químicos e doutores, cirurgiões e dentistas.
Caramba e folga com a coisa, que vivam os especialistas!*

*Gosto dos estudantes que vão ao laboratório,
descobrem o que se esconde dentro do confessionário.
Já têm um grande carrinho que chegou ao Purgatório.
Caramba e folga com a coisa, os livros explicativos!*

*Gosto dos estudantes que com muita clara eloquência
à bolsa negra sacra lhe baixou as indulgências.
Porque, até quando nos dura, senhores, a penitência?
Caramba e folga com a coisa, que viva toda a ciência!*



SOCIALISMO & LIBERDADE

Ano III | Nº 8 | Dezembro de 2011 Uma publicação da Fundação Lauro Campos

Sumário

Nada deve parecer impossível de mudar Por Marcelo Freixo	4
Crimes e castigos: mercado de segurança e projetos de poder no Rio de Janeiro Por Gustavo Silvino de Oliveira	5
15 Outubro 2011: grande vitória dos Indignados Por Eric Toussaint	7
A chamada do dever: Veteranos de guerra juntam-se aos 99 por cento Por Amy Goodman	8
Quem são os ricos e porque estão cada vez mais ricos Por Federico Rampini	10
Armadilha da Dívida Pública joga Europa em uma "tsunami" neoliberal Por Rodrigo Ávila	12
Contra o governo da banca e do poder financeiro europeu Sinistra Critica	13
Grécia, laboratório neoliberal Por Eduardo Febbro	14
A crise posta em cena Por Andreas Sartzekis	15
Entrevista Alfredo Vielma, dirigente da ACES – Assembleia Coordenadora de Estudantes Secundários do Chile Por Israel Dutra (PSOL) de Santiago do Chile	16
Diez por ciento del pibe Por Jorge Antunes	18
Entrevista Christian Laval : "a escola está no centro das novas lutas de classe"	19
Nesta eleição nosso candidato é o povo! Por Fernando Carneiro	22
A ocupação de Belo Monte Por Otávio Rodrigues e Willys Lins	24
Uma olhada macroscópica sobre o conflito do Tipnis Por Gustavo Soto Santiesteban	25
Alain Badiou e a tarefa do pensamento Por Gabriel Tupinambá	28
As "causas perdidas" e o século XXI Por Juliano Medeiros*	30
Tariq Ali em Porto Alegre Por Luciana Genro e Fernanda Melchionna	32
O gênero dramático em Édipo Rei Por Sergio Granja	33
Elogio do Revolucionário Por Bertold Brecht	34



MARCELO FREIXO

MILÍCIA

Nada deve parecer impossível de mudar

Ocorre no Rio de Janeiro uma dura disputa na sociedade em torno de quem controla o Estado, para o quê e em benefício de quem. O Estado tem sido explorado por grupos movidos por interesses privados e até criminosos. E nós lutamos por um Estado que cumpra o seu papel constitucional de garantir os direitos fundamentais da população. É nesse contexto que se dá o enfrentamento às milícias.

Essas máfias são organizadas por dentro do Estado, com a participação de políticos corruptos e operadas por agentes públicos, para o controle de territórios, com a exploração ilegal de atividades econômicas e a opressão armada contra justamente a população mais pobre.

Antes da CPI das Milícias, de 2008, as milícias atuavam de forma quase invisível, posto que, então, por meio de setores da mídia, autoridades até as defendiam, inclusive, como “mal menor”. A partir da CPI, o governo do estado anunciou algumas medidas. Houve mais de 590 milicianos presos, além da cassação de mandatos parlamentares. Mas isso não é o suficiente. Milícia não é problema só de polícia, assim como o tráfico de drogas, problema que o tempo já provou não ser possível conter apenas com prisões ou por meio de confrontos armados.

Das 58 propostas da CPI para o enfrentamento dessas máfias, para cortar seus braços armados e políticos, retomar territórios e, principalmente, acabar com as suas atividades econômicas, quase nada saiu do papel. Enquanto isso, as milícias engendram tentativas de intimidação contra as poucas autoridades dedicadas a enfrentá-las.

Milicianos costumam pôr os seus currículos eleitorais a serviço dos grupos políticos aos quais estão historicamente associados. Já elegeram seus braços políticos no Legislativo federal, no estadual e no municipal. E agora, às vésperas de um novo ano eleitoral, tentam calar quem persiste no seu enfrentamento.

Um pleito livre e democrático só será possível em territórios livres das milícias, que, além das armas, usam “centros sociais” para a prática de clientelismo mantido por vezes até com recursos públicos.

Cabe ao Estado uma intervenção imediata em comunidades hoje reféns do crime organizado para a exploração de serviços como o fornecimento de gás, TV a cabo, internet, segurança e, principalmente, o transporte coletivo sob o disfarce de cooperativas.

Milícia é máfia. Um problema coletivo. A sociedade precisa cobrar do Estado que cumpra o seu papel de forma integral e em todas as suas esferas. O momento exige a reunião de forças. Escolas, universidades, locais de trabalho, praças públicas, as ruas, a internet... Todo lugar é espaço de uma luta pedagógica, por meio de atos públicos, abaixo-assinados, debates, palestras, ações de conscientização em geral são necessárias para exigir que o Estado garanta a soberania dos territórios do Rio para livrar a população do jugo das milícias. O próprio Estado democrático de direito está em xeque.

Ações participativas fortalecem essa luta solidária contra essas máfias. Caso da realização recente de ato público suprapartidário, na OAB-RJ, que reuniu mais de 300 políticos, magistrados, professores, estudantes, artistas, militantes dos movimentos sociais e dos direitos humanos. Esse ato, que deu origem a um abaixo-assinado, ocorreu após um aumento repentino da quantidade de ameaças de morte.

As ameaças se intensificaram a partir do assassinato da juíza Patrícia Acioli, com 21 tiros, por policiais militares. Esse crime quebrou um paradigma – antes nenhuma autoridade no Rio havia sido eliminada nessas circunstâncias – e deu o tom da afronta ao Estado que representam essas máfias. O agravamento das ameaças levou à aceitação do convite da Anistia Internacional e da Front Line para breve estadia na Europa. A viagem dura só o tempo suficiente para a reestruturação da segurança pessoal e também serve para dar visibilidade maior ao problema das milícias. Não há recuo algum na luta, muito pelo contrário.

A situação no Rio tem recebido atenção no Brasil e fora do país da sociedade civil organizada e também de autoridades federais, dos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos. Claro que toda essa movimentação provoca reações, por meio de setores da mídia, das forças políticas que se sentem prejudicadas, por historicamente contar com os votos dos currículos milicianos.

Mas basta o bom senso para compreendermos, nessa disputa em torno do papel do Estado, de que lado cada um está. Nessa luta, para muito além de ideologias, partidos ou eleições, temos lado. Não precisamos de heróis. Somos todos responsáveis por levar adiante essa luta. Porque, como diria Brecht, nada deve parecer impossível de mudar.

Marcelo Freixo – Deputado estadual (PSOL-RJ)

Crimes e castigos: mercado de segurança e projetos de poder no Rio de Janeiro

Os milicianos em debate

Por **Gustavo Silvino de Oliveira**

Lado apodrecido do poder, prole de infelizes do Estado do Rio de Janeiro (e agora de outras partes do Brasil), entulho e engodo da ditadura militar, os chamados milicianos (como hoje se define), compostos por agentes ou servidores da “ordem” (como PM’s) que portam armas de fogo, da autoridade, da justiça, tem se multiplicado (apesar do golpe sofrido com a CPI em 2008 na ALERJ, conduzida por Marcelo Freixo do PSOL), difundido o medo deliberado e comprometido a liberdade, bem como a democracia que agoniza e represada grita sem voz em diferentes localidades do Rio de Janeiro, sobretudo as afastadas da paisagem elitizada.

Lotados em entidades de moradores, cacifados pelo poder das armas de fogo, ou seja, dotados dos equipamentos e aparelhos do Estado e pela solidez dos lucros obtidos a partir de um conjunto de serviços (não legalizados) fornecidos e prestados a moradores de lugares pobres onde o “Estado legal” de certa forma não fiscaliza, os grupos milicianos se proliferam de modo bem articulado e amadurecem projetos de poder perigosos e caros a democracia.

Estabelecem e conformam redes de oportunidades na base da ilegalidade, informalidade e das fragilidades do “Estado legal” inoperante e “alugado” para a criminalidade, de modo que personificam a “ordem” e, contudo podem contar com todos os aparatos a fim de otimizar sofisticados esquemas como o de cobrar dos moradores por “segurança”, oferecer transportes não legalizados

(lotadas), TV a cabo pirata (a famosa “gatonet”), internet Banda Larga clandestina, Gás de cozinha com preços superfaturados, etc.

Trata-se de um fenômeno ou modalidade de crime em alta hoje içada pela capilaridade de ilicitudes e por astutos e argutos projetos de poder político. Tem redefinido o arranjo do crime no Rio de Janeiro em outras bases a ponto de suplantar velhas quadrilhas do varejo de drogas como o Comando Vermelho no controle armado de localidades. Os moradores acabam tutelados, “domesticados” por regimes de controle impostos e obrigados a consumir e pagar pelos serviços fornecidos pelos milicianos, modificar comportamentos – bem como votar e somente optar pelos candidatos indicados pelos criminosos.

Contudo, cabe destacar o papel desempenhado hoje pelas políticas de segurança do Estado do Rio de Janeiro como as “espetacularizadas” UPP’s, no tocante a combater a criminalidade, e não apenas o varejo de drogas (hoje decadente e rudimentar), mas, sobretudo os grupos milicianos que, embora, de certa forma, enfraquecidos (em parte) no braço político em virtude da CPI, permanece a se proliferar, oferecer danos a todos os valores republicanos, perigos a autoridades (como tem sido a cruzada enfrentada pelo Deputado Fluminense Marcelo Freixo obrigado a se afastar do Brasil por cobrar a aplicabilidade da lei), subjugar moradores e lesar a democracia hoje debilitada e desacreditada. Me parece que os milicianos são hoje peças de grande utilidade para a engrenagem da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro de modo que o Estado a combate com timidez e se pode perceber certos ajustes, compatibilidades e cumplicidades entre autoridades e criminalidade. Cabe destacar que em localidades controladas por milicianos, “grandes” políticos fluminenses armaram palanques e estabeleceram redutos de campanha sem pudor ou vergonha.

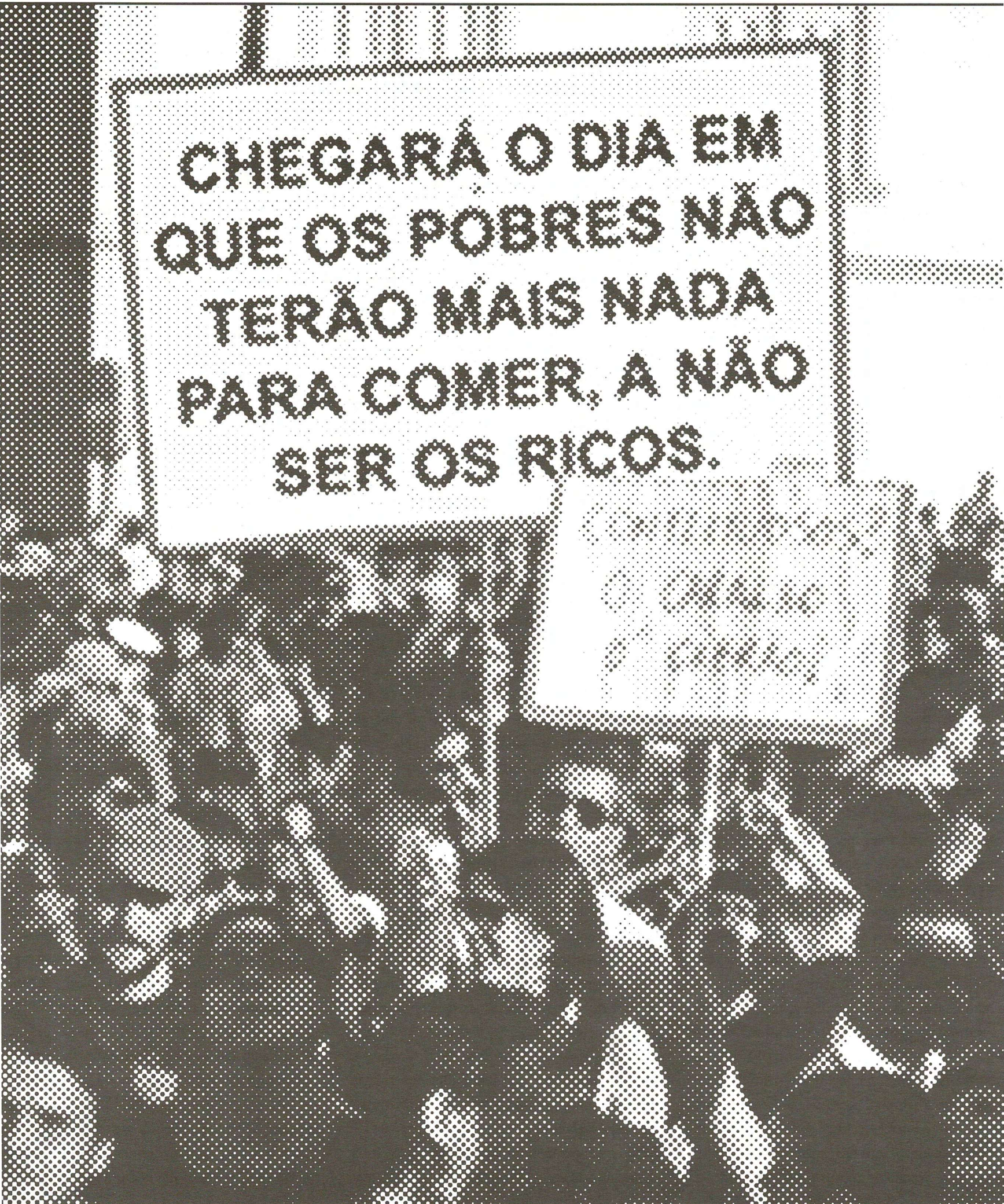
As autoridades do Estado enfocam hoje que estamos no calor de uma guerra cotidiana sem fim

onde o “inimigo” tem que ser aniquilado, morto. Mas cadê o inimigo que o Estado teme? Forja-se um “inimigo” a fim de camuflar a natureza do problema. Em nome da “normalidade”, tranquilidade e paz da cidade sede da Copa e dos jogos de 2016 justificam-se atrocidades, brutalidades, criminaliza-se a pobreza com despejos, muros e “agentes pacificadores”, pela arte sutil do cinismo e dos simulacros estimulados pela desfaçatez da grande imprensa que tem delirado em frenesi.

Embora em tempos de UPP’s, o clima de terror e pânico ronda o dia a dia do Rio de Janeiro onde todos atônitos apelam por “segurança”, enaltecem figuras como justiceiros, salvadores, libertadores – pretexto e “argumento” para a política da letalidade que se radicaliza (tem classe, cor e endereço), para a compra de blindados do Bope, para o uso indiscriminado da força e abusos do aparelho de Estado.

O “Estado alugado” pelos senhores das armas e do poder apodrecido tem se proliferado com as políticas elitistas e segregadoras como os choques de ordem (e agora da “paz” na Rocinha), os muros edificadas, os planos de metas. O Estado se omite de modo que tem um projeto de cidade que marginaliza a pobreza. De cidade-empresa. Cidade para quem? Para os lucros do capital presente nas mega-obras superfaturadas. Em vez de chegar apenas com Bope, Core, UPP’s nas localidades presas de milicianos e traficantes, o Estado tem que chegar com cultura, lazer, creches, postos, ou seja, com o braço social. Mas como tinha dito certa vez o Deputado Marcelo Freixo: a política destinada a comunidades pobres significa não ter política, o que dinamiza os esquemas de oportunidades otimizados por grupos criminosos (fardados ou não) que agem sem problemas.

Gustavo Silvino de Oliveira possui graduação em Ciências Sociais pela UFF, especialização em ensino de Sociologia pela UFRJ e mestrado em Sociologia Política pela UENF.



CHEGARÁ O DIA EM
QUE OS POBRES NÃO
TERÃO MAIS NADA
PARA COMER, A NÃO
SER OS RICOS.

15 Outubro 2011: grande vitória dos Indignados

Por **Eric Toussaint**

Desde Fevereiro de 2003 é a primeira vez que um apelo a uma ação internacional numa data determinada recebe um tal eco. Em Espanha, donde a iniciativa partiu, perto de 500.000 manifestantes desfilarão nas ruas de cerca de 80 cidades diferentes – dos quais 200.000 ou mais em Madrid. Em 5 continentes se assistiu a ações populares. Mais de 80 países e cerca de um milhar de cidades viram desfilar centenas de milhares de jovens e adultos em protesto contra a gestão da crise económica internacional por governos que acodem em socorro de instituições privadas responsáveis pela derrocada e que dela tiram proveito para reforçar políticas neoliberais: despedimentos em massa nos serviços públicos, sangrias nos serviços sociais e respectivo orçamento, privatizações maciças, atentados contra os mecanismos de solidariedade colectiva (sistemas públicos de pensão de reforma, direito ao subsídio de desemprego, negociações colectivas entre assalairados e patronato, etc.). Por toda a parte o reembolso da dívida pública é o pretexto utilizado para reforçar a austeridade. Por toda a parte os manifestantes denunciam os bancos.

Em Fevereiro de 2003 assistimos à maior mobilização internacional para tentar impedir uma guerra: a invasão do Iraque. Mais de 10 milhões de pessoas reuniram-se em

inumeráveis manifestações em todo o planeta. Depois disso, a dinâmica do movimento altermundialista nascido ao longo dos anos 1990 abrandou progressivamente, sem no entanto desaparecer por completo.

Neste 15 de Outubro de 2011, manifestaram-se um pouco menos de um milhão de pessoas, mas trata-se duma enorme vitória, porque é a primeira grande manifestação realizada em 24 horas em todo o mundo, contra os responsáveis pela crise capitalista que faz dezenas de milhões de vítimas.

A crise financeira e económica iniciadas nos EUA em 2007 estendeu-se principalmente à Europa a partir de 2008. A crise da dívida, que era coisa dos países em desenvolvimento, deslocou-se para os países do Norte. Esta crise está ligada à crise alimentar que ataca vastas regiões dos países em desenvolvimento desde 2007-2008. Acresce a crise climática que afecta principalmente as populações do Sul do planeta. Esta crise sistémica exprime-se igualmente ao nível institucional: os dirigentes dos países do G8 sabem que não têm meios para gerir a crise internacional, por isso reuniram os G20. Estes por sua vez há três anos demonstram serem incapazes de encontrar soluções válidas. Esta crise adquiriu uma dimensão civilizacional. Pô-la em causa significa pôr em causa o consumismo, a mercantilização generalizada, o desprezo pelos impactes ambientais das actividades económicas, o produtivismo, a procura de satisfação dos interesses privados em detrimento dos interesses, dos bens e dos serviços colectivos, a utilização sistemática da violência pelas grandes potências, a negação dos direitos elementares dos povos, como o da Palestina... Muitas vezes é o capitalismo que está no centro do que é posto em questão.

Nenhuma organização centralista convocou esta manifestação. O movimento dos Indignados nasceu em Espanha em Maio de

2011, após as rebeliões tunisinas e egípcias dos meses antecedentes [e após a espantosa manifestação de 12 de Março em Portugal, que deixou toda a gente de boca aberta ao pôr na rua, num só dia, quase meio milhão de pessoas indignadas, ou seja, cerca de 4% da população portuguesa]. Este movimento estendeu-se à Grécia em Junho de 2011 e a outros países europeus. Atravessou o Atlântico Norte desde Setembro de 2011. Evidentemente uma série de organizações políticas e de movimentos sociais organizados apoiam o movimento, mas não o conduzem. A sua influência é limitada. Trata-se de um movimento largamente espontâneo, jovem na sua maioria, com um enorme potencial de desenvolvimento que inquieta fortemente os governos, os dirigentes das grandes empresas e todos os polícias do mundo. Pode alastrar como fogo num molho de palha, ou morrer em cinzas. Ninguém sabe.

O 15 de Outubro de 2011, o apelo à mobilização, reuniu sobretudo manifestantes dos países do Norte e não poupou os centros financeiros do mundo inteiro, o que é promissor. O movimento dos Indignados desencadeou uma dinâmica muito criativa e emancipadora. Se ainda não fazes parte, procura juntar-te a ela, ou lança-la se ainda não existe no local onde vives. Interconectemo-nos para uma autêntica emancipação.

Éric Toussaint é presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo da Belgique (CADTM); é formado em história e doutor em ciências políticas pela Universidade de Liège (ULg) e de Paris VIII; é membro do conselho científico de Attac France, da rede científica de Attac Belgique e do conselho internacional do Forum Social Mundial; também é membro do comitê internacional da Quarta Internacional e da sua seção belga (LCR-SAP).

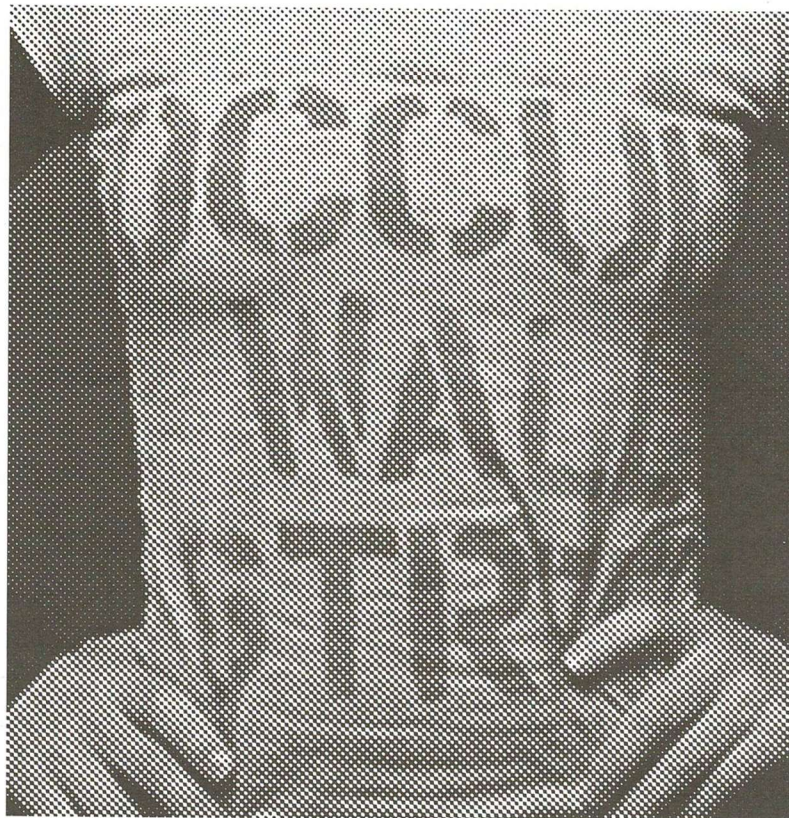
A chamada do dever: Veteranos de guerra juntam-se aos 99 por cento

Por **Amy Goodman**

O 11/11/11 não é uma nova versão do tão divulgado plano fiscal do pré-candidato presidencial republicano Herman Cain, 09/09/09, mas sim a data do Dia dos Veteranos de Guerra neste ano. É uma data de especial importância, já que os Estados Unidos acabam de entrar na segunda década de guerra no Afeganistão, o combate mais longo na história do país, e os veteranos norte-americanos do Iraque e do Afeganistão estão cada vez mais presentes na frente de batalha do movimento de protesto inspirado pelo *Occupy Wall Street*.

Um vídeo da marcha do *Occupy Oakland* realizada na quarta-feira, 25 de Outubro, realmente parece e soa como um campo de batalha. O barulho dos disparos é quase permanente no vídeo. A polícia lançava gases lacrimogéneos contra a multidão, quando de repente surge alguém a gritar "Um médico!". Os civis correm para um manifestante deitado de costas na rua. A poucos passos, um grande número de polícias de negro, vestidos com uniformes anti-motim, aponta as suas armas contra os manifestantes que tentam prestar os primeiros-socorros ao ferido.

A vítima, Scott Olsen, é um ex-oficial da marinha dos Estados Unidos que já serviu duas vezes no Iraque. O vídeo, que é de domínio público, mostra Olsen parado tranquilamente junto ao veterano das forças armadas Joshua Sheperd, empunhando uma bandeira



dos Veteranos pela Paz. Pedi a Sheperd que descrevesse a cena: "Estava de pé, usando o meu uniforme, e Scott estava parado ombro a ombro junto de mim numa atitude pacífica. Flamejava a bandeira dos Veteranos pela Paz e, de repente, veio o caos. Nunca estive numa batalha, mas o que aconteceu ali foi muito similar a uma guerra ou a uma zona de guerra".

Olsen vestia uma jaqueta camuflada, um gorro com viseira e uma camiseta do movimento Veteranos do Iraque Contra a Guerra (IVAW, sigla do nome original em inglês). O impacto do projétil policial foi todo na cabeça, provavelmente o cartucho de um gás lacrimogéneo, que lhe fracturou o crânio. Enquanto um pequeno grupo de pessoas se aproximava para ajudá-lo, um polícia lançou uma granada de mão na sua direcção. A granada explodiu imediatamente.

Quatro ou cinco pessoas alçaram Olsen e o afastaram rapidamente do cordão policial. No hospital de Oakland, induziram-no em

coma para diminuir a inflamação cerebral. Agora está consciente, mas não pode falar. Comunica por meio de um caderno.

Entrevistei um amigo de Olsen, Aaron Hinde, também veterano de guerra no Iraque. Hinde participava nos protestos de *Occupy San Francisco* quando começou a receber uma série de mensagens no *Twitter* sobre um veterano ferido em Oakland. Correu em direcção ao hospital para ver o seu amigo. Depois falou-me de Scott: "Ele veio a São Francisco há três meses. Antes esteve em Wisconsin, onde de facto participou da ocupação do Capitólio estatal. Scott é provavelmente um dos sujeitos mais amáveis e bondosos que conheço. É do tipo que está sempre com um

sorriso no rosto e nunca tem um comentário negativo... Creio nesse movimento de protesto porque o que está a acontecer neste país é claro, principalmente para nós, os veteranos de guerra. Abrimos os olhos após ter ido à guerra lá fora. Por isso, há um pequeno grupo nosso aqui e estamos todos muito motivados e comprometidos com a causa".

Enquanto cobria uma das manifestações do *Occupy Wall Street* na Times Square em 15 de Outubro, encontrei o Sargento Shamar Thomas visivelmente irritado. A polícia montada avançou sobre os manifestantes. A única coisa que os deteve foi um cavalo que caiu de joelhos. Outros polícias conseguiram levantar as barricadas de metal e acoassavam uma multidão assustada contra os canos de aquecimento. Thomas vestiu o seu uniforme camuflado. Tinha várias medalhas da sua comissão de combate no Iraque presas ao pescoço. Gritou para a polícia, denunciando o tratamento violento destinado aos manifestantes. O veterano depois escreveu sobre o



incidente: “Há um problema claro neste país. As pessoas pacíficas deveriam poder protestar sem que houvesse brutalidade. Estive numa situação de distúrbio em Rutbah, no Iraque, em 2004 e não tratámos os cidadãos iraquianos como estão a tratar os civis desarmados no nosso próprio país”.

Há pouco foi criado um grupo que se auto-denomina “Veteranos dos 99 por cento”, que, juntamente com a secção de Nova York do IVAW, fixou o dia 02 de novembro como o dia da marcha até a Praça da Liberdade para se juntar formalmente ao movimento e apoiá-lo de maneira directa. A sua convocatória diz: “Veteranos dos 99 por cento chamam a atenção sobre a forma como os veteranos de guerra são afectados pelos problemas económicos e sociais combatidos pelo movimento *Occupy Wall Street*.

Esperamos contribuir com a participação dos veteranos e membros do exército ‘em actividade’ para que este movimento seja mais visível e completo”.

José Vásquez é um dos manifestantes que participou da marcha. Ele é director-executivo do IVAW. “Convocamos todos os veteranos e o pessoal do exército em actividade para que apresentem na sua sede local do *Occupy* e tornem público que são veteranos de guerra. Queremos que todos conheçam a nossa voz. O 1% usa a polícia e as forças armadas para conservar o que têm. Estou aqui para dizer-lhes que nós, as forças armadas e os veteranos de guerra, estamos enojados pela forma como as pessoas estão a ser tratadas”.

Quando passei pelo *Occupy Louisville*, em Kentucky, no fim de semana passado, as duas primeiras pessoas que conheci ali foram

veteranos. Um deles, Gary James Johnson, disse-me: “Servi no Iraque durante um ano e meio. Uni-me às forças armadas porque pensei que era minha obrigação ajudar a proteger este país... Neste momento, há outra forma possível de contribuir e ajudar a população”.

Os analistas prevêem que o frio vai enfraquecer o movimento de protesto que ocorre em todo o país. Perguntem a qualquer veterano que esteve no Iraque e no Afeganistão sobre sobreviver à intempérie em temperaturas extremas. E pensem nas palavras que outro veterano escreveu num cartaz que sustentava no alto da Praça da Liberdade: “É a segunda vez que luto pelo meu país e a primeira em que conheço o inimigo”.

Artigo publicado em “Democracy Now” em 2 de Novembro de 2011

Quem são os ricos e porque estão cada vez mais ricos

Por **Federico Rampini**

1% da população mundial possui 40% das riquezas do planeta. Eis como vive, onde vive, o que faz e como gasta o seu dinheiro aquela parte da humanidade contra a qual (e em nome dos 99% restantes) o movimento Occupy Wall Street está lutando.

“Mãe, o que fazem todas essas pessoas no nosso avião?”. O filho de Jacqueline Siegel não conseguia dar uma explicação a si mesmo, na primeira vez que se encontrou na fila de embarque (primeira classe, obviamente) com tantos desconhecidos, ele que estava acostumado a viajar com o seu pai no jato particular da empresa. Bem-vindos ao mundo do 1%.

Uma categoria social que acabou ficando sob os holofotes da atenção pública graças ao movimento *Occupy Wall Street*: aquele que se autodefine como “os 99%” e denuncia os privilégios da oligarquia. Se você mora em Manhattan, isto é, no coração do protesto, por meio de quais sinais pode-se perceber se você pertence ao vituperado ou invejado 1%?

Eis 12 mandamentos que traçam a linha de demarcação na vida diária. É um teste empírico, a prova da verdade que trai os verdadeiros privilegiados.

- Primeiro: você se veste rigorosamente *made in Italy* (com exceção dos sapatos *Louboutin*), comprando na *Bergdorf Goodman* da Quinta Avenida.
- Segundo: janta no *Masa* (o japonês com menus sem preços), *Per Se*, *Marea*, *Babbo* e, pelo menos uma vez por ano, você se concede o *personal chef* com *catering* de três estrelas.
- Terceiro: mensalidade fixa da *Metropolitan Opera*, mais doação fiscalmente dedutível.
- Quarto: voa apenas na *BusinessFirst*, se o

Gulfstream não estiver acessível.

- Quinto: nunca anda de metrô, nem mesmo que esteja nevando.
- Sexto: presença assídua em um *spa-fitness*, com massagista e *personal trainer*.
- Sétimo: assina o *Wall Street Journal*.
- Oitavo: férias de verão na *Toscana*, em *Aspen* para esquiar, fins de semana na casa nos *Hamptons*.
- Nono: seus filhos estudam em uma escola privada do tipo *Waldorf* (pedagogia progressista, mas competitiva), mensalidade a partir dos 30 mil dólares por ano.
- Décimo: nada de conta corrente, mas sim um telefone direto com o serviço personalizado *Wealth Management* de um grande banco.
- Décimo primeiro: a mansão onde você mora deve ter porteiros uniformizados.
- Décimo segundo: você gosta de cães de raça, mas é o *dog sitter* que os leva todas as manhãs ao Central Park.

Essas regras de vida do 1% mudam pouco se você estiver na China, país que recém cruzou o limiar de um milhão de milionários: foi na República Popular que a *Burberrys* viu suas vendas crescer em 34% em seis meses, que a *Zegna* inaugurou a sua 70ª loja, que a casa de leilões *Christie's* vendeu por 4 milhões de euros um par de pistolas da era *Qing* com cabo de ouro incrustado de pedras preciosas.

Não varia muito no Brasil, onde o poder de compra dos ricos é tão próspero que a *Vuitto Louisn* cobra um ágio de 100% em comparação com os mesmos produtos da sua loja nos *Champs-Élysées*.

Estamos falando de uma exígua minoria de extrarricos? São os banqueiros de sempre, magnatas da indústria, estrelas do espetáculo? Não apenas. Nos EUA, os indivíduos com um patrimônio líquido de 1 a 5 milhões – é o limiar acima do qual os gestores patrimoniais os classificam como

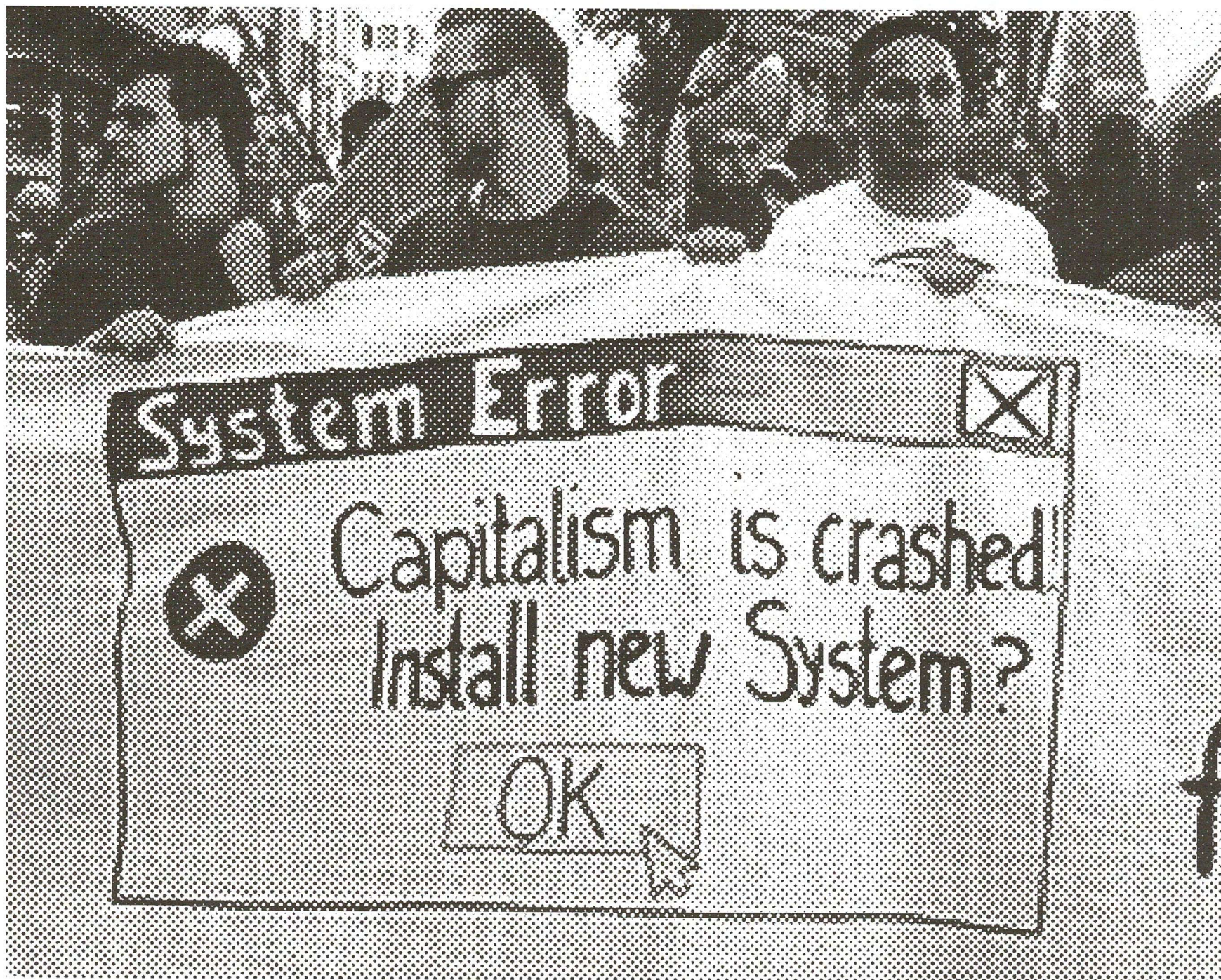
“altos patrimônios” – são 26,7 milhões. Outros 2 milhões de norte-americanos têm um patrimônio entre 5 e 10 milhões líquidos. Um milhão de pessoas estão sentadas em um ninho de ovos de ouro de 10 a 100 milhões. Por fim, 29 mil estão sentados em cima de 100 milhões de dólares. Todos juntos fazem mais da metade da população italiana.

Se quisermos ficar com a definição precisa do 1%, isto é, apenas 3 milhões de norte-americanos, o limite de ingresso é medido com base na renda. Os dados do *Internal Revenue Service* (a Receita Federal norte-americana) marcam a fronteira exata: é preciso receber uma renda de, pelo menos, 506 mil dólares brutos anuais (375 mil euros) para entrar no círculo dos 3 milhões de pessoas que são o 1% da população norte-americana.

Em nível global, para isolar o 1% que está no topo da pirâmide, é preciso voltar às estatísticas sobre o patrimônio, por serem mais homogêneas. O *Global Wealth Report* do *Credit Suisse* indica que eles controlam 38,5% da riqueza mundial, e que os seus bens cresceram 29% em apenas um ano: é uma velocidade dobrada com relação ao crescimento da riqueza total do planeta.

Portanto, o *Occupy Wall Street* denuncia um fenômeno real, aqueles que estão “lá em cima” alçaram voo, distanciando-se cada vez mais da maioria da população. Um fascinante estudo dos historiadores Peter Lindert e Jeffrey Williamson demonstra que nunca na história passada o 1% teve uma cota tão grande da riqueza nacional. Em 1774, quando ainda havia o colonialismo inglês e, portanto, a aristocracia, o 1% dos privilegiados na *New England* controlavam apenas 9% do total. A nobreza da época vivia em condições menos distantes da média, com relação às novas oligarquias do terceiro milênio.

Na história norte-americana, a dilatação enorme das desigualdades tem uma data de nascimento: 1982. Não por acaso, é o início



da era de Ronald Reagan, marcada por um sistemático ataque ao *welfare state*, ao poder dos sindicatos, juntamente com políticas fiscais cada vez menos progressivas. É desde 1982 que o 1% se separa do resto, sobe para a estratosfera, amplia as distâncias: no quarto de século posterior, a sua cota da renda nacional mais do que dobrou, subindo acima dos 20%. A parcela de riqueza sobe ainda mais, superando os 33%.

É a trajetória que a última capa da revista *The Nation* mostra: “*Wall Street* inventou a luta de classes”. Quando esse conceito já havia se tornado um tabu no debate político

norte-americano, os ricos se apropriaram dele e o conflito social sobre a distribuição dos recursos foi vencido por eles.

Mas também há aqueles que convidam a se compadecer deles. Robert Frank, no seu livro *The High-Beta Rich* relata a história da família Siegel, aquela do filho que não entende por que tem que subir no avião com desconhecidos. Depois de ter feito sua fortuna no setor imobiliário e ter construído “a Versalhes dos Estados Unidos”, em Orlando, na Flórida (23 banheiros, uma garagem para 20 carros, duas salas de cinema), a família teve a sua mansão penhorada pelos bancos

quando o mercado entrou em colapso. “Os extrarricos jamais sofreram uma volatilidade tão exasperada da suas fortunas, ligadas aos mercados financeiros”, explica Frank.

Portanto, o 1% é uma categoria em risco, de alta mobilidade. Nela se entra e dela se sai com a porta giratória em alta velocidade. Por isso, em 2008, foi aprovado o *welfare* dos banqueiros: 600 bilhões apenas para salvar *Wall Street*.

Publicado no jornal *La Repubblica*, 06-11-2011

Tradução: Moisés Sbardelotto

Fonte: Luta que Segue

Armadilha da Dívida Pública joga Europa em uma “tsunami” neoliberal

Por **Rodrigo Ávila**

Depois dos governos europeus terem gasto trilhões de euros no salvamento de bancos a partir de 2008 – às custas da explosão do endividamento público – agora estes mesmos bancos cobram dos estados o severo corte de gastos sociais, reformas da previdência, cortes de salários, demissões em massa e demais medidas nefastas, impostas pelo FMI e a União Europeia (a chamada “Troika”). Tudo para viabilizar o pagamento desta dívida ilegítima, que também cresce devido à grande redução dos tributos sobre os mais ricos.

O Banco Central Europeu (BCE) também estimulou este processo, ao ofertar empréstimos ilimitados e baratos (de cerca de 1% ao ano) para os bancos privados re-emprestarem a países como a Grécia e Itália, a juros muitas vezes maiores. Depois, os rentistas – em conluio com as “agências de classificação de risco” – aumentam ainda mais as taxas de juros, ao mesmo tempo em que o BCE se nega a ofertar dinheiro aos Estados que, então, um a um, são levados a pedir empréstimos e fechar “acordos” com a “Troika”, em uma verdadeira “tsunami” neoliberal, como nunca antes visto na Europa.

Depois da “Troika” derrubar o primeiro-ministro grego – pelo fato dele ter proposto um plebiscito sobre as exigências neoliberais da União Europeia – o mercado financeiro exigiu a saída de Silvio Berlusconi, por

meio do velho mecanismo de chantagem: a alta nas taxas de juros exigidas para o refinanciamento da dívida. Nem mesmo o conservador Berlusconi consegue mais im-

Fundação Lauro Campos apoiou a realização do importante Seminário Internacional “Alternativas de Enfrentamento à Crise”, em Brasília, do qual participou a deputada grega Sofia Sakorafa, que mostrou, em depoimento emocionado, as importantes e históricas lutas do povo grego contra a nefasta ofensiva neoliberal.

Terminamos este artigo citando o manifesto da Campanha da Auditoria da Dívida na Grécia:

“O regime de empobrecimento e de servidão, imposto sob a justificativa de pagar a dívida pública, reforça a necessidade de abrir os livros da dívida pública, avançar para uma moratória completa sobre o pagamento da dívida AGORA e para pavimentar o caminho para a anulação parcial ou total da dívida pública. Os termos severos e coloniais impostos pela União Europeia, como um agiota, representa mais um motivo para declarar a dívida pública ilegal, odiosa e inconstitucional.

A Campanha da Auditoria da Dívida grega chama a sociedade para derrubar a ‘ditadura de memorandos’. A Campanha convida os trabalhadores e todos aqueles afetados pelas terríveis políticas de austeridade a participar nas lutas sociais, para enfraquecer e alterar estas políticas!

– Auditoria pública da dívida pública grega liderada por forças sociais e dos trabalhadores!

– Cessação de pagamentos e cancelamento de dívidas!

– Derrubar o governo nomeado pelos nossos credores!”

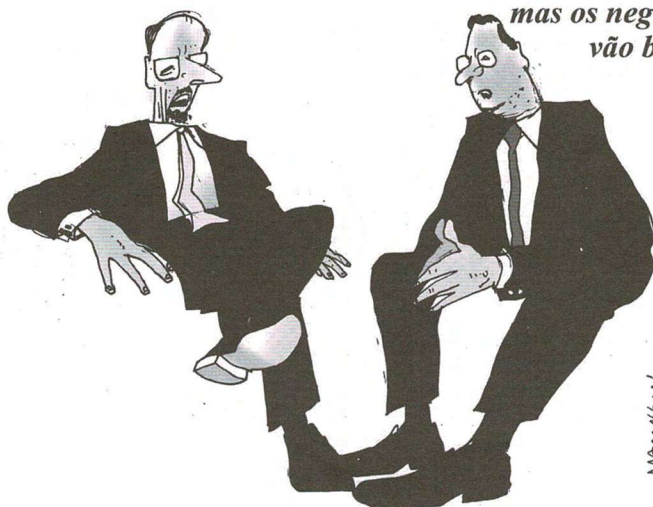
Rodrigo Ávila Economista da Auditoria Cidadã da Dívida

www.divida-auditoriacidadada.org.br

E NO BAR DO BANCO CENTRAL EUROPEU...

- E aí, como vão as coisas?

- Tudo igual... Quebramos dois países, tiramos três primeiros-ministros, provocamos desemprego em massa, mas os negócios vão bem...



plementar o receituário dos rentistas, que agora preferem nomear meros prepostos da “Troika”.

Porém, o povo europeu não aceitará este massacre sem lutar. Na recente mobilização global dos Indignados, dia 15 de outubro de 2011, cerca de 100 mil pessoas ocuparam as ruas de Lisboa, e depois se reuniram em Assembleia em frente ao Parlamento, quando foi aprovado o início da Auditoria Cidadã da Dívida de Portugal, com a realização da “Convenção de Lisboa”, marcada para 17 de dezembro de 2011.

Movimentos sociais da Irlanda, Grécia e França também já articulam a abertura da caixa preta desta dívida, por meio de comissões de auditoria. Recentemente, a

Contra o governo da banca e do poder financeiro europeu

Milhares de mulheres e homens nas praças de tantas cidades italianas celebram, com razão, a demissão de uma pessoa que causou tanto dano ao longo do tempo em que foi presidente do governo e, inclusive, nos que esteve na oposição.

Esecutivo nazionale Sinistra Critica

Não compartilhamos com estes festejos a indiferença a respeito do modo como se produziu a queda de Berlusconi nem ao que ocorrerá a partir de agora.

Tampouco compartilhamos os aplausos ao presidente Napolitano, que protagonizou esta queda para responder às exigências do capital e da direção política europeia, que consideravam Berlusconi e seu governo incapazes de levar a cabo as políticas de austeridade e destruição do Estado social que em toda a Europa constituem a única “resposta” à crise.

E, muito menos, podemos esquecer que a “crônica da austeridade anunciada” leva o nome de Mario Monti, comissário “integríssimo” que vetava qualquer ajuda estatal, mas para favorecer os interesses da grande banca e garantir a desregulação do sistema financeiro. O mesmo Mario Monti que, no *Corriere della sera*, exaltava as “reformas” de Gelmini [ministra da Educação] e Marchionne [patrão da FIAT]. Pode alguém de esquerda pensar seriamente que seja o homem adequado, que possa representar algo “melhor”?

Não falamos de um “depois”, senão que de um

presente representado por um governo perigoso para os interesses das classes populares, e cujo único programa compreende novas e mais graves manobras econômico-financeiras contra as trabalhadoras e os trabalhadores, a favor de maiores privatizações de bens públicos, para submeter em maior medida ainda as decisões internas às exigências do capital europeu.

Um governo que quer vender a velha ideologia segundo a qual a única maneira de sair

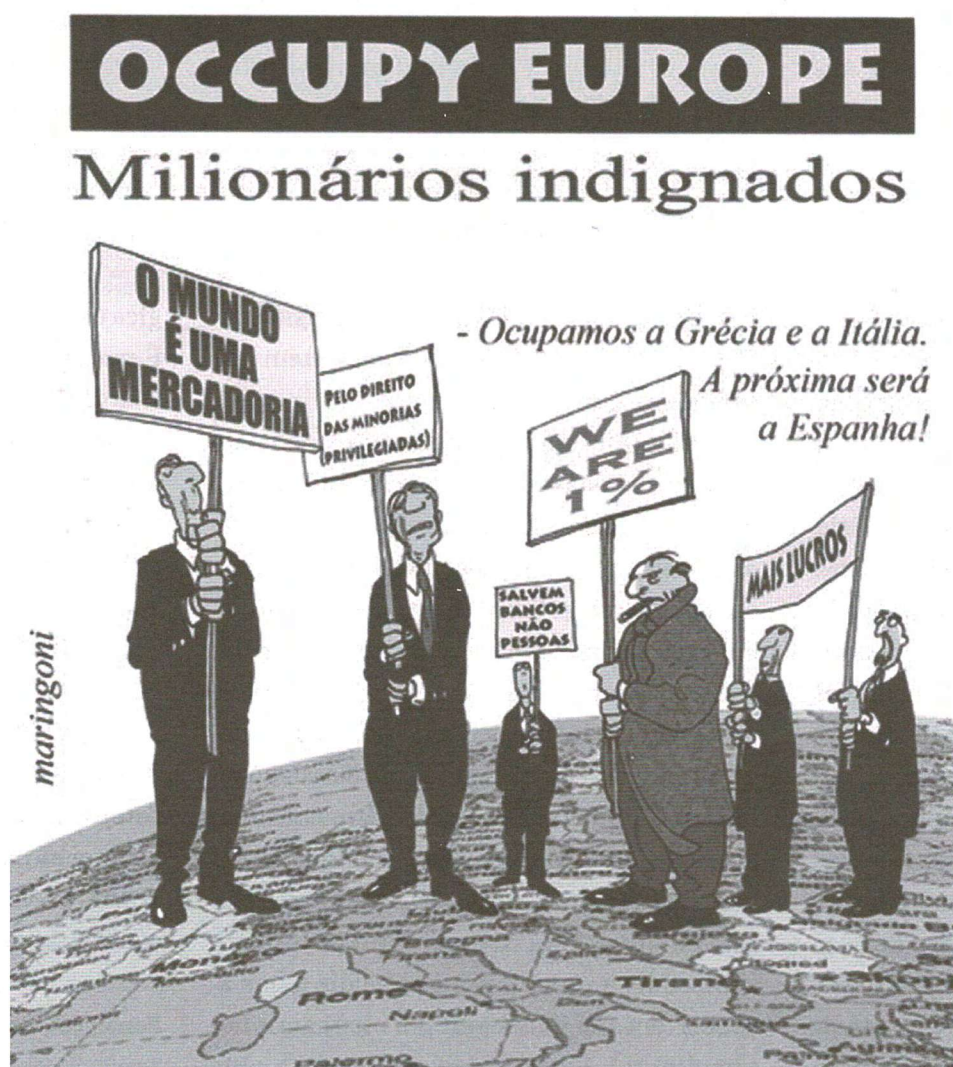
da crise passa por novos sacrifícios, depois que o sistema de bem-estar, os salários e as pensões vêm sendo sacrificados há mais de vinte anos.

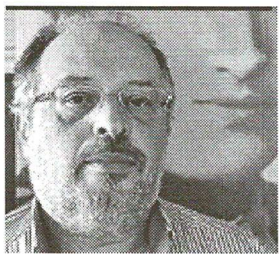
Para as trabalhadoras e os trabalhadores, precárias e precários, jovens, imigrantes, não há mais que um caminho possível: a oposição imediata e firme ao governo Monti-Napolitano, reconstruindo desde baixo as bases e a organização necessárias para resistir às novas manobras contra seus

interesses e construir uma rede que coloque as questões da alternativa social e política, de modo que a crise seja paga pelos que a provocaram.

Não existem atalhos institucionais: a única via democrática só pode passar por eleições imediatas e um debate político e sobre programas que trate de extrair a lição do acontecido nos últimos quatro anos, com uma esquerda anticapitalista que não re faça qualquer compromisso de “unidade nacional” ou “técnico” e organize a oposição social e política.

Convidamos a todas e todos a construir a mais ampla unidade das forças que rechaçam o governo Monti e propugnam por uma saída de esquerda para a crise. Aí estaremos.





Grécia, laboratório neoliberal

A Esquerda grega está preocupada com a receita europeia

Costas Isychos, membro da secretaria política do partido Synaspismos, assinala que a Europa retrocede ao século XIX com quatorze horas de trabalho diário e um salário que não dá para nada. O povo observa a lição argentina.

“O povo grego sabe que se pode derrubar este mundo selvagem e neoliberal que nos aterroriza.” Atenas, 15/11/2011 – Os comunistas e a coalizão da esquerda radical grega não darão o voto de confiança para o Executivo do novo primeiro-ministro grego, o banqueiro Lucas Papademos. O PC e a Synaspismos são os únicos partidos com representação parlamentar que nem de longe pactuaram com esse OVNI político que tem a forma de um Executivo sob o comando de um banqueiro que jamais concorreu nas urnas e no qual o partido da extrema-direita grega, Laos, com apenas 15 parlamentares, entrou com um ministro, duas secretarias de Estado e um vice-ministro. Costas Isychos, membro da secretaria política da Synaspismos, evoca nesta entrevista a tragédia social que vive a Grécia, o temor da população de que se repita aqui a hecatombe argentina e desenvolve a ideia segundo a qual a Grécia está sendo uma espécie de laboratório neoliberal no sul da Europa.

Estamos no quarto país da Europa que perde um governo eleito sob o golpe da crise e ao que lhe organizam um outro dirigido por banqueiros. Um mal comum que desembocou em cada caso em uma resposta similar.

– Hoje estamos escutando das bocas de Angela Merkel e Nicolas Sarkozy que as eleições são perigosas. Essas coisas se ouviam na década dos ‘70 e ‘80 na América Latina, mas escutá-las na Europa em 2012 é outra coisa. Em resumo, a receita é comum a toda a Europa: estados mais autoritários, mais

selvagens, pacotes de austeridade que condenam ao desemprego e à fome a grande parte dos povos. Estão nos condenando a uma vida que se parece muito mais à da Europa do século XIX: 14 horas de trabalho diário, um salário mínimo que não sobrepassa os 500 euros, o que é uma miséria, porque se deve levar em conta que, na Grécia, um litro de leite custa três euros. Por isso, temos cifras alarmantes, que se parecem às que havia na Argentina na década dos ‘90: 20% de desemprego, 48% de desocupação entre os jovens de menos de 35 anos e 9% dos jovens que querem emigrar do país. Estamos numa crise profunda e perigosa. Os aposentados e os funcionários públicos perderam quase 50% de seus rendimentos devido às leis votadas pelo governo socialista do Pasok. O ex-primeiro-ministro Giorgos Papandreu implementou uma política de austeridade selvagem.

– A Grécia é um país sob a intervenção do FMI, do Banco Central Europeu, da União Europeia e também de dois responsáveis políticos que se mostraram muito agressivos, a chanceler alemã Angela Merkel e o presidente francês Nicolas Sarkozy. Esse casal já tem um apelido na Europa: Merkozy.

– Sim. Merkozy é atualmente o núcleo político que está ordenando todas as políticas neoliberais que se estão ditando na periferia da Europa, nos chamados Estados “porcos”, ou seja, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda. Por outro lado, creio que se vão acrescentar outros, inclusive a França. Mas o concreto é que, neste momento, a Grécia é o laboratório ultraliberal no canto da Europa. Nosso novo primeiro-ministro Lucas Papademos é uma pessoa que, em toda a sua vida, cumpriu com seus deveres de servir ao capital financeiro especulativo. Não tem nenhum programa conhecido, a única coisa que se diz é que a Grécia tem que prosseguir por esse caminho ultraliberal. Deve-se levar em conta que

estamos vivendo momentos históricos em que podemos voltar 150 anos atrás ou voltar a ter revoluções populares muito parecidas ao que aconteceu no norte da África. A população não quer que a vida mude de uma forma tão brutal. Creio que veremos lutas históricas na Europa. Na Grécia, a população tem medo de que se repita aqui a experiência neoliberal da Argentina dos anos ‘90 com todas aquelas políticas pró-mercado que a levaram ao abismo e à destruição da Argentina. Mas dessa experiência argentina também ficou uma lição positiva: a população sabe aqui que o povo pode derrocar governos que estão a serviço do capital financeiro. Por isso, em muitas das manifestações que há na Grécia, a população sai às ruas com bandeiras argentinas. O povo grego sabe que se pode derrubar este mundo selvagem e neoliberal que nos aterroriza.

– Finalmente, se olharmos os casos de Grã Bretanha, Espanha e Grécia, constatamos que o socialismo europeu tem sido mais liberal do que os próprios liberais.

– É verdade. Temos uma mutação ideológica e política da social democracia europeia. É preciso saber que o ex-primeiro-ministro Giorgos Papandreu continua sendo o presidente da Internacional Socialista! A social democracia europeia se passou para um caminho ultraliberal com privatizações e redução dos salários dos trabalhadores. Tudo o que tem que ver com o Estado, com as políticas públicas, com as políticas sociais, a saúde pública, a educação, está desaparecendo do mapa ideológico, político e programático da social democracia grega e europeia. Mas estou convencido de que, com tudo o que aconteceu na Grécia, aqui vai nascer um movimento sólido, antiliberal e progressista que será capaz de mudar as coisas neste país.

Fonte: Página 12, 15/11/2011

Tradução: Sergio Granja

A crise posta em cena

Por **Andreas Sartzekis**

No domingo 6 de novembro, as televisões gregas organizavam, desde a primeira hora da manhã, o espetáculo: governo de união nacional ou não, e com que primeiro-ministro? Alguns dias depois do falso suspense do “referendum”, se prossegue fazendo todo o possível para despojar a população de seu terreno de expressão real: a mobilização de classe!

As regras do poder, hoje colocadas com a coisa de saber se o primeiro-ministro que acentuará o estrangulamento da população será do Pasok ou da Nova Democracia (ND), ou inclusive um independente, não tem nenhuma ambiguidade: nem falar de dar a palavra ao povo! Mas não se deve enganar: o anúncio de um referendo pelo primeiro-ministro Papandreu remetia ao mesmo confisco, não havia nele nenhuma razão para felicitar-se de uma iniciativa que fosse consequência da pressão popular, que estivesse ligada a alguma proposta democrática... Por falar em democracia, nenhuma força de esquerda pedia nesse momento um referendo assim!

Além do mais, parece que o ministro da economia alemã já fora avisado dessa manobra da direção do Pasok, proposta para forçar o chefe da ND, Antonis Samaras, a aceitar um governo de união nacional. Mas o mais importante é que o marco de um referendo assim já se esboçava: organizado em dezembro, antes da entrega da esperada sexta parcela, com a chantagem dos caixas vazios e os salários dos funcionários a pagar... Uma chantagem mil vezes superior à do referendo europeu na França em 2005.



Numa situação de sobrevivência que começa a colocar-se para centenas de milhares de famílias, qual seria o marco democrático? E, sem embargo, esse anúncio desembocou numa crise política abrumadora.

Crise política histórica

Primeiro, a do Pasok, hoje totalmente desautorizado pelo seu eleitorado e atacado por uma crise interna pouco visível na direção (os deputados resmungam, mas acabam aprovando, como se acaba de ver com o voto de confiança de sexta-feira à noite), mas evidente na base, em particular a sindical. Não só a direção está aplicando uma política completamente oposta a suas promessas eleitorais minimalistas de 2009, mas além disso seu comportamento é o de um poder reduzido à repressão, sem outra perspectiva que aferrar-se a seus privilégios, e a serviço do capitalismo, na falta de projetos alternativos.

Papandreu atua cada dia mais ao calor dos acontecimentos, e seu referendo, rechaçado pela oposição há muitos meses, veio justamente depois das grandes manifestações populares do dia da festa nacional. Não era, pois, mais que uma pequena jogada de pôquer de um político em final de carreira, ainda que tenha pertubado o show sonhado por Sarkozy para o G20. E, sem embargo, o pânico que se seguiu revela o terror dos políticos burgueses ante as consequências incalculáveis da menor

incerteza. Daí a ordem da UE para não organizar o referendo, a imediata mudança de posição e a busca de um governo de união nacional que poderia dispor de uma autoridade provisória suficiente para assestar a continuação dos novos ataques desejados pelo FMI e pela UE.

Que perspectivas?

Salvo a extrema-direita, que apoiou Papandreu, vendo nele a ocasião de se fortalecer e preparar um futuro mais duro ainda, nenhuma direção política queria, até esta semana, uma união nacional. A direita já a prepara, jogando com o relógio para ganhar mais posições, sabendo que as eleições legislativas que reclama não darão uma maioria a ninguém (no melhor dos casos, 30% para ela, 20% para o Pasok, 10% para o KKE-PC grego).

Colocar agora a celebração de eleições, como o fazem o KKE e a Syriza (esquerda radical), não é pois solução para a crise política. Está cada vez mais claro que o temor das burguesias grega e europeia são as mobilizações crescentes, cada vez com mais exemplos. Assim, nesta semana, há concentrações nos bairros populares que chamam os cidadãos a não pagar os impostos sobre a moradia, que vêm com as faturas de eletricidade, na mesma linha que movimentos como “Den Plirono” (“Não pago”).

Que as mobilizações ganhem em poderio e em confiança, como precondição para impor a unidade de ação na esquerda, é o que parece a única perspectiva que permitiria colocar o que se converte no miolo do assunto: a questão do poder! É numa tal perspectiva que, por outro lado, acaba de celebrar-se o congresso de reagrupamento da esquerda anticapitalista Antarsya, com 900 delegadas e delegados, representando 3.000 membros repartidos em 70 comitês. Ato promissor sobre o qual voltaremos.

“A vitória dos estudantes e do povo chileno é apenas um estágio numa luta que deve ser internacionalista”

Entrevista com **Alfredo Vielma**, dirigente da ACES – Assembleia Coordenadora de Estudantes Secundários do Chile.

Por **Israel Dutra (PSOL)**
de Santiago do Chile

Um jovem tímido, magro e imberbe. Gosta de rock oitentista, irônico e sagaz. Assim é Alfredo Vielma. Com seus “All Star” e sua coragem, pouco lembra os midiáticos líderes estudantis universitários como Camila Vallejos e Giorgio Jackson. Do alto de seus 17 anos é o porta-voz da ACES – entidade que organiza e congrega os estudantes secundaristas do Chile. A entidade responde por quase 800 colégios ocupados, desde abril deste ano. Depois de uma semana intensa de manifestações, prisões, os rotineiros enfrentamentos com os temíveis “carabineiros”, Alfredo falou com tranquilidade sobre o conflito e o futuro. Entrevista exclusiva.

Israel Dutra – O conflito estudantil do Chile tornou-se um tema de importância internacional. Acompanhamos mais de seis meses de mobilização. Como está atualmente a situação política do país?

Alfredo Vielmas (ACES) – Nós acreditamos que o Chile passa por um conflito, que começou com os estudantes, mas, que se projetou como redes sociais de mobilização. O conflito estudantil leva seis meses, a primeira marcha grande foi no dia 28 de abril. O aprendizado de toda a sociedade é muito intenso, rápido. Setores sociais, comunais também saíram à luta. Independente do resultado mais imediato, o que se constituiu foi a possibilidade real de uma frente comum, dos movimentos sociais, para a construção de uma via popular, acumular forças para os

novos enfrentamentos. A luta de 2011 foi um salto de qualidade em relação ao Pinguinazo de 2006; é ruptura e continuidade desta luta. Ruptura porque ela colocou questões gerais, abrindo fendas no governo e no sistema partidário, o binominal. E é continuidade porque seguimos “fogueando” toda uma geração de jovens, na experiência da luta das ruas.

Colocamos, ainda não agora, mas, no futuro, a necessidade de uma Assembleia constituinte. A saída da pauta educacional não poderá ser nos marcos atuais da política chilena. O neoliberalismo está tão arraigado que qualquer mudança real no orçamento e no modelo de gestão abre um cenário novo para toda a sociedade.

Israel – Como está o processo de ocupação e mobilização dos estudantes secundaristas?

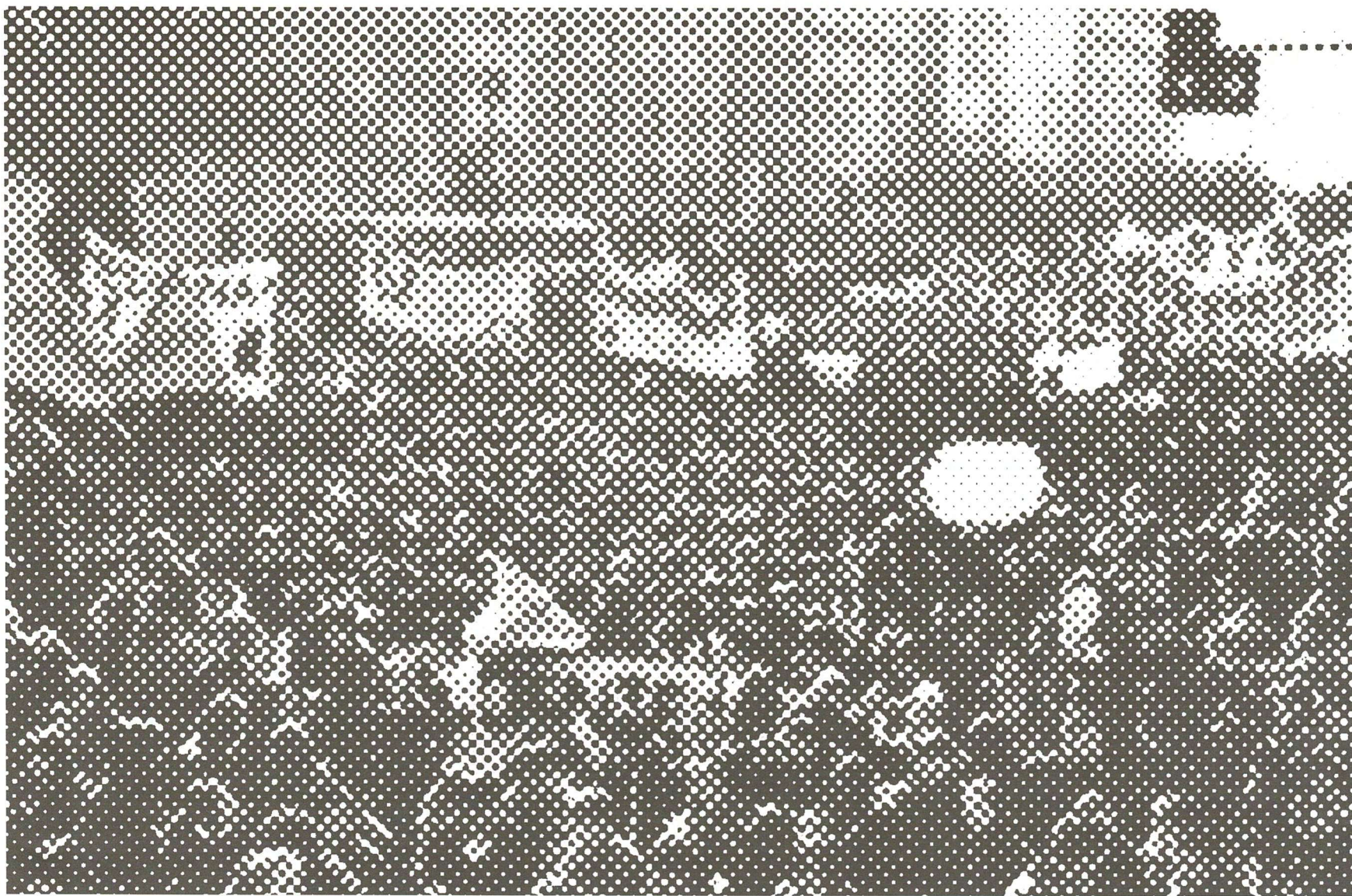
Alfredo – São cerca de 800 escolas, colégios e liceus ocupados, de norte a sul do Chile. Cada ocupação é auto-organizada, com Assembleias permanentes. Cerca de 30-40 estudantes tomam conta da administração das escolas, da segurança, da alimentação. Nas atividades culturais, políticas, este número cresce para cerca de 100/200 estudantes. A ACES atua unificando e coordenando as demandas e lutas destes colégios. Algo interessante tem passado, quando organizamos barricadas, a maior parte dos pais, professores ajuda. Pessoas mais velhas, quebramos aquele estigma de que somos a “Ultrasecundária”. No movimento universitário, também estamos passando por um processo de reorganização, está surgindo uma nova direção.

Israel – Fale sobre a disputa da direção do Movimento Estudantil...

Alfredo – A Confech é uma entidade democrática. Apesar do protagonismo dos dirigentes mais próximos à *Concertación* e ao PC, a maior parte da mesa é composta pelo que chamamos de esquerda “independente” ou “revolucionária”. As reuniões acontecem de forma itinerante, os porta-vozes só podem se pronunciar por mandato da mesa, que pode ser renovada a cada momento. Federações importantes como Concepción, Bío-Bío, Antofagasta são referências da esquerda estudantil. Vivemos um processo de revolução estudantil... O PC é um partido muito burocrático. Sempre estão dispostos a recuar e atuar em defesa de seus interesses e não pensa no conjunto da luta. Temos setores que se dizem trotskystas como o PTR e IC, mas que parecem mais stalinistas, são pequenos e pouco construtores. São seitas políticas.

Israel – Socialmente, existe apoio?

Alfredo – Sim, os estudantes hoje representam as demandas reprimidas por vinte anos de governo neoliberal da *Concertación*. O governo Piñera tenta criminalizar o movimento, quer aprovar uma “lei anti-ocupações”. O governo infiltra gente dos *carabineros* nas manifestações para diluir-se nos encapuzados. Não podemos permitir esta criminalização. É uma tarefa urgente. A ACES está disposta a atuar sempre em unidade com toda a esquerda, inclusive o PC. Sabemos da importância das unidades táticas. E derrotar o “giro repressivo” é importante para evitarmos um retrocesso. O fato é que o regime e o governo ficaram muito debilitados. Tivemos manifestações com mais de um milhão de pessoas como a do dia das crianças, e não sabemos quantos estiveram no pannelo, mas, certamente, em



todo o Chile, mais de um milhão saíram às ruas. Temos que acumular forças para forçar uma saída social, organizar nossas demandas contra o lucro, em favor da educação pública e gratuita, e medidas também sociais como o direito à moradia, a nacionalização do cobre, uma nova forma de gestão e organização da educação e dos serviços públicos. O ascenso estudantil apontou o caminho; a crise econômica deve chegar ao Chile e nós precisamos dar um passo a frente.

Israel – Qual seria esta estratégia?

Alfredo – Penso que estamos num novo momento de lutas no mundo, complexo. Nossa tradição nacional compõe inúmeras lutas, como a de Allende, Miguel Enriquez, o povo mapuche, o sindicalismo combativo. Nossa luta é por abrir espaços, unidades, construir luta de massas e de vanguarda.

Assim poderemos pensar numa situação que seria radicalmente nova. Nosso futuro é lutar pela revolução social. São milhares de jovens, de 14,15 anos que estão decididos nesta estratégia, ainda que saibamos que o caminho está por se construir.

Israel – Qual sua visão ideológica?

Alfredo – Sou socialista e revolucionário. Sei que a experiência do leste europeu contaminou a consciência popular a respeito do socialismo. Penso o inverso. Temos que reinventar a perspectiva desde novas experiências. O socialismo não pode parecer com a caricatura stalinista da URSS. Considero-me marxista-leninista, mas reivindico a contribuição de Guevara, sou um pouco Trotskista, claro. Nossa vanguarda carrega uma herança preciosa: nos consideramos herdeiros do MIR, da luta

“rubro-negra”, que negou o reformismo e o stalinismo no Chile.

Israel – Alfredo, para finalizarmos, qual o papel da juventude brasileira na solidariedade ao Chile?

Alfredo – Se bem que necessitamos de apoio financeiro e material, o mais importante é tomarmos nosso exemplo para alentarmos a luta continental dos estudantes. Difundir a idéia da mobilização como método é o maior aporte que nossa luta precisa. A solidariedade do Brasil é fundamental para que possamos vencer. E a vitória dos estudantes e do povo chileno é apenas um estágio numa luta que deve ser internacionalista: a luta por outro futuro, revolucionário e socialista. Saludos revolucionários a você e os compas brasileiros!

Diez por ciento del pibe

Por **Jorge Antunes**

O poeta argentino Rubén Derlis é autor de um belo poema em que retrata a dor da injustiça social vivida por um garoto que trabalha como flanelinha nos semáforos. O pobre menino está na rua, limpando vidros de automóveis, justo nos momentos em que deveria estar em uma sala de aulas.

O título do poema é “Gorrión de semáforo”. Eis uma das estrofes: A este pibe sin lápiz, / ausente en los recreos, / le condenaron todos los posibles, / menos el de su nada.

Os leitores deste meu texto, mesmo não sendo doutos na língua espanhola, sabem o que quer dizer lápiz e recreos. Mas muitos certamente não sabem o que quer dizer pibe. Essa palavrinha simpática é sinônima de niño, muchacho.

Quando as autodenominadas esquerdas autênticas defendem “dez por cento do PIB” para a Educação, penso imediatamente no pibe abandonado. Lembro-me das centenas de milhares de pibes, espalhados pelo Brasil, que, ao invés de estarem nas escolas, estão nas ruas, nos semáforos, dormindo nas calçadas da noite perigosa.

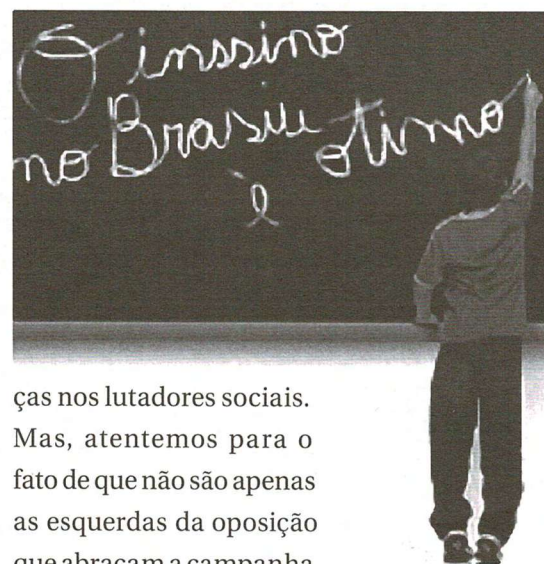
Mas não são apenas desses meninos e meninas que me lembro. Penso também nos pibes que, mesmo frequentando as salas de aula, às vezes alimentados por merendas de baixo teor nutritivo, irão sair das escolas como analfabetos funcionais.

Por que reivindicar 10% do PIB? Por que não 9%? Por que não 12%? Com a aplicação da décima parte do produto interno bruto na Educação, estaremos resolvendo definitivamente o dramático problema brasileiro de formação das novas gerações?

Todos acham que Educação é item primordial e que o Brasil do futuro só será poderoso se todos tiverem, hoje, acesso à educação de qualidade. Então, por coerência, o poder

público deveria investir incondicionalmente em educação. Só um tratamento de choque, radical, através de uma revolução pacífica dentro da legalidade, dará lugar à solução de todos os problemas brasileiros. O acesso universal à educação de qualidade determinaria automaticamente soluções para a violência, para a segurança e para a saúde.

Em 2010 menos de 3% do orçamento geral da União foram destinados à Educação. A luta por 10% do PIB para a educação pública, então, enche os olhos daqueles que têm esperan-



ças nos lutadores sociais. Mas, atentemos para o fato de que não são apenas as esquerdas da oposição que abraçam a campanha. Governistas também estão engajados na campanha reformista.

Eu disse reformista. Isso mesmo. É reformista, e não revolucionária, essa luta que vai culminar com um plebiscito informal e extra-oficial que em breve será organizado. Aliás, parece que não haverá apenas um plebiscito. As autodenominadas e pretensas esquerdas se dividem: anunciam a promoção de dois plebiscitos, com votações concorrentes entre si! Aguardemos para ver qual plebiscito terá mais sucesso.

Atualmente o Brasil destina cerca de 5% do PIB para a educação: 1,2% da União, 2,4% dos estados e 2,2% dos municípios. Portanto, aqueles que reivindicam 10%, parecem acreditar que tudo se resolverá se duplicarmos a verba. Ledo engano! A miséria educacional, escancarada há séculos em nosso país, é

gritante. Ela permite que qualquer leigo em história e estatística possa deduzir, após um simples olhar observador para a realidade, que precisamos decuplicar o investimento em educação. Em outras palavras, precisaríamos que, durante uma década pelo menos, 50% do PIB fosse aplicado na educação.

Em 2010 a União destinou 1,96% do orçamento federal para a Defesa, 0,13% para as Relações Exteriores, 0,13% para Urbanismo, 0,10% para a Indústria, 2,74% para a Assistência Social, 2,89% para a Educação e 45% para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Ou seja, o bolo foi dividido com prioridades, pesos e critérios cheios de nebulosidades.

Ação revolucionária para resolver de uma vez por todas o problema educacional, seria aquela que tratasse de lhe destinar, na integralidade, os recursos necessários. Dever-se-ia, inicialmente, dar resposta à seguinte pergunta: quanto é necessário ser reservado, do orçamento geral da União, para que o problema da educação no Brasil possa ser definitivamente resolvido? Respondida essa pergunta, destinar-se-iam os recursos integrais e necessários ao item Educação, deixando para ser dividido, aí sim, entre os outros itens, o que sobrasse.

As crianças brasileiras – as estatísticas têm mostrado – não têm acesso à educação de qualidade e gratuita, de modo a garantir sua formação em cem por cento de suas necessidades. O pibe, infelizmente, vem sendo atendido apenas em dez por cento de sua formação: apenas diez por ciento del pibe são atendidos, ficando noventa por cento de seu intelecto habitados pela ignorância, a desinformação, o ponto de interrogação e o vazio desafiador da incerteza de vida digna. Esse vazio, muitas vezes, acaba sendo preenchido pelo mal, pela violência, pelo desamor próprio, pela luta fratricida pela sobrevivência.

Jorge Antunes é maestro, compositor, membro da Academia Brasileira de Música, pesquisador sênior da UnB e do CNPq, Secretário Geral do PSOL/DF

Christian Laval : “a escola está no centro das novas lutas de classe”

Co-autor de a *Nouvelle École capitaliste* (La Découverte, 2011), esse sociólogo, membro do Instituto de Pesquisas da FSU, descreve as consequências da lógica empresarial aplicada, um pouco mais a cada ano, à educação.

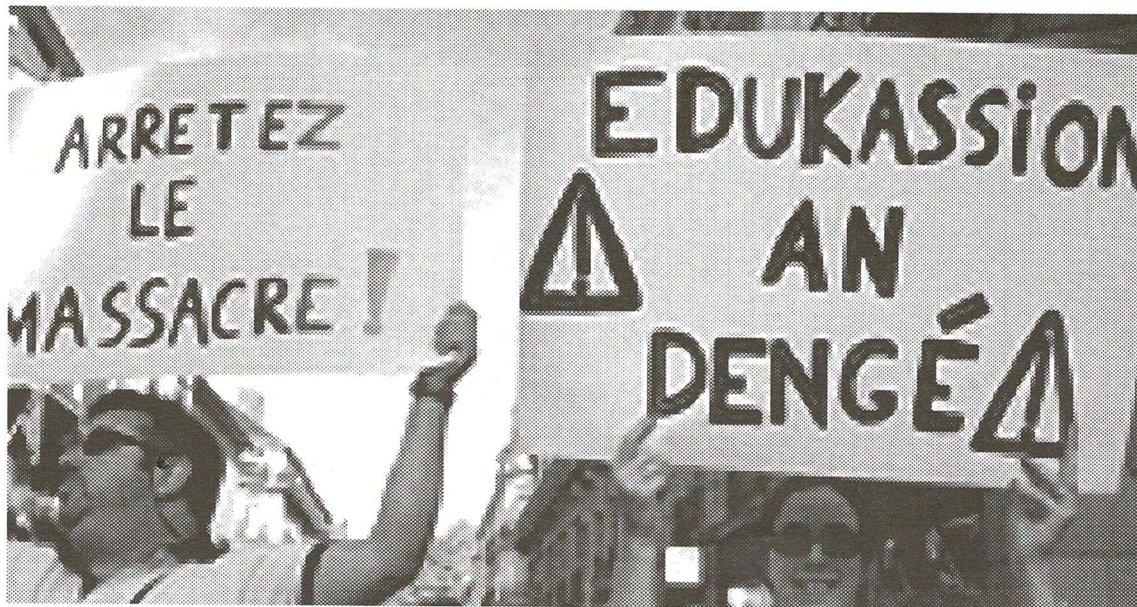
Você explica na sua última obra *La Nouvelle École capitaliste* que nosso sistema escolar está, hoje em dia, num «ponto de inflexão histórico». Qual?
Christian Laval. Para além das reformas conhecidas do governo Sarkozy, como a destruição dos postos de trabalho ou a supressão da formação dos professores, a escola e a universidade são objeto, há uma vintena de anos, de uma mudança mais profunda. De acordo com uma série de medidas, às vezes pouco perceptíveis, se constrói, tijolo a tijolo, um outro modelo educacional, que nós chamamos a nova escola capitalista. Esse modelo, certamente, não está ainda inteiramente realizado, pode-se ainda contê-lo e combatê-lo, mas é uma tendência bem real.

O que o caracteriza?

Christian Laval. Segundo esse modelo, a escola tem agora uma função que se queria essencialmente, por vezes exclusivamente, econômica. O conhecimento, seja ele elaborado com vistas à pesquisa ou difundido na escola, é visto como um valor econômico e integrado à lógica dominante da acumulação do capital.

Como isso se concretiza?

Christian Laval. O aspecto mais visível é quando o ensino torna-se um negócio de compra e venda. Vê-se, por exemplo, com o crescimento da indústria do reforço escolar



Cortejo parisiense no qual desfilaram 165.000 professores do ensino público e privado (terça-feira, 27/Set./2011)

ou com o atual desenvolvimento de diferentes formas de treinamento pago. Vê-se igualmente com o crescimento da parcela privada no financiamento da escola e da universidade. Tudo isso é um fenômeno de mercantilização. Mas não se deve parar por

“a norma social do capitalismo tende a se tornar a regra de funcionamento dos sistemas de ensino, que são regulados cada vez mais pela concorrência. De fato, as políticas neoliberais impõem, no campo educativo e no seio mesmo do serviço público, as lógicas próprias do mercado. Mais do que a uma mercantilização, assiste-se então a uma «colocação no mercado» dos serviços públicos de ensino, com escolas e universidades que, mesmo que permaneçam públicas, tendem a funcionar como empresas”

aí. Menos visível, mas mais fundamental, percebe-se que a norma social do capitalismo tende a se tornar a regra de funcionamento dos sistemas de ensino, que são regulados cada vez mais pela concorrência. De fato, as políticas neoliberais impõem, no campo educativo e no seio mesmo do serviço

público, as lógicas próprias do mercado. Mais do que a uma mercantilização, assiste-se então a uma «colocação no mercado» dos serviços públicos de ensino, com escolas e universidades que, mesmo que permaneçam públicas, tendem a funcionar como empresas. O exemplo mais concreto é a lei LRU, que instaura de maneira deliberada uma concorrência entre as universidades. Também no primeiro e no segundo grau, o esvaziamento, eventualmente a supressão, da região escolar leva a uma concorrência entre as escolas.

Quais são os efeitos dessa colocação em concorrência?

Christian Laval. Ela tem efeitos consideráveis sobre o funcionamento dos sistemas escolares. Em toda parte em que foi estabelecida, como na Inglaterra, na Nova Zelândia ou ainda na Austrália, conduziu a uma polarização social e étnica dos estabelecimentos. Os estudos comparativos internacionais são, sobre esse ponto, sem ambiguidades. Foi, então, com pleno

conhecimento das consequências que essas políticas foram conduzidas, no nosso país como nos outros, e que elas foram sustentadas tanto pela direita como pela esquerda socialista. Uma unanimidade que mostra bem a que ponto a norma neoliberal foi imposta e interiorizada por todos os governos.

A quem essas políticas servem?

Christian Laval. Essa competição favorece, evidentemente, os grupos sociais que dispõem de capitais culturais, de redes de relacionamento, breve, às famílias mais ricas, aquelas que podem pagar por reforço escolar ou por escolas que cobram inscrições muito elevadas. É, portanto, um fator suplementar de reprodução social e isso explica, muito amplamente, porque as desigualdades escolares, na França, não apenas não se reduzem, mas crescem. Mas isso não é

tudo. De maneira mais geral, esses sistemas educativos, regidos segundo as orientações neoliberais, devem prestar serviço às empresas, ficando diretamente submetidos aos imperativos da empregabilidade e calcando sua organização na hierarquia profissional. O que se procura não é tanto a difusão de uma cultura comum, mas a organização do sistema escolar em função das diferentes exigências de empregabilidade postas pela própria economia. A nova escola capitalista se estrutura, então, não somente como um mercado, mas ela se coloca igualmente a serviço dos mercados! Tem por objetivo produzir capital humano diretamente utilizável pelas empresas, com níveis de competência diferenciados segundo as necessidades de mão-de-obra.

A lógica do aprendizado por «competências», desenvolvida atualmente pelas escolas, vai nesse sentido?

Christian Laval. Totalmente. A lógica das competências não tem nada a ver com considerações pedagógicas acordes com uma filosofia educativa mais progressista. Seria um

contra-senso analisá-la como um elemento da disputa clássica entre «pedagogos» e professores «tradicionais». São os especialistas econômicos das organizações internacionais ou intergovernamentais, como a OCDE ou a Comissão Europeia, que definiram esses níveis de empregabilidade diferentes, com um nível mínimo que se chama o «núcleo comum de competências chaves». São então

“A mobilização dos alunos, dos estudantes, dos pais, dos professores mostra que a escola não está fora dos combates sociais. Ao contrário, eu diria mesmo que a escola está no centro das novas lutas de classe. Em escala mundial, as lutas contra o neoliberalismo estão focadas muito seguidamente sobre o domínio escolar e universitário. [...] De uma certa maneira, o terreno escolar e universitário, extremamente sensível, como se vê em toda a parte, pode ser o lugar da cristalização de uma oposição mais global às orientações neoliberais.”

considerações inicialmente econômicas que determinam hoje em dia os conteúdos de ensino.

Essa escola submetida ao mercado é realmente nova?

Christian Laval. Quando Bourdieu e Passeron escrevem *La reproduction* no início dos anos 70, a escola atende bem à reprodução social, mas seu funcionamento interno não está inteiramente e diretamente submetido a uma norma social capitalista. Hoje em dia, essa norma penetra até na sala de aula, no gesto profissional e no conteúdo do ensino. Essa transformação da escola se faz de maneira muito opaca, pois a justificativa dessa lógica de competências remete, oficialmente, a considerações pedagógicas. É o que ainda creem, por sinal, certos sindicatos ou partidos políticos.

Não têm um pouco de razão para creer nisso?

Christian Laval. A própria história desse núcleo de competências demonstra que lógica a opera. O ponto essencial é o de

compreender bem que nós fomos progressivamente abandonando as grandes orientações democráticas do século 20, em particular a referência ao plano Langevin-Wallon. Esse movimento de reformas progressistas e democráticas foi de alguma maneira “revertido” e desviado pela reforma neoliberal. Em certos países, como a Inglaterra, a ruptura foi feita na época de Margaret Thatcher. Em

outros países, essa ruptura é menos clara e alguns ainda pensam que por «reforma» deve-se e pode-se ainda entender o prolongamento do grande movimento de democratização dos sistemas educativos que se produziu no século XX. Eles não chegam a compreender que atrás das mesmas palavras se escondem realidades opostas. A palavra «reforma» ou «competência» mudaram de significado faz vinte anos. Doravante, esses termos pertencem a lógicas que não têm mais nada a ver com o progressismo escolar, eles participam da imposição da norma neoliberal.

Como você analisa as oposições, inclusive no seio da esquerda, em torno dessa questão do «núcleo de competências»?

Christian Laval. As oposições atuais entre partidos de esquerda ou entre sindicatos sobre a questão do «núcleo de competências» provêm duma grande confusão. O problema estratégico de hoje em dia é recontrar o grande elã da escola democrática, que foi traído e deturpado pela reforma neoliberal tal como é promovida hoje em dia pela OCDE e pela UE. Essa confusão esta ligada, me parece, a um desconhecimento do fato de que, a partir dos anos 80 e 90, a reforma neoliberal torna-se o objetivo central da União. É suficiente ler a literatura europeia sobre a formação e a educação para se dar conta de que o projeto de harmonização escolar e universitária em escala europeia não tem estritamente nada a ver com o que antes se esperava da reforma democrática. Ela não tem outro objetivo senão o de colocar

a escola em sintonia com o novo capitalismo. Desde 2000, a argumentação da estratégia de Lisboa, que quer fazer da Europa “a economia do conhecimento mais competitiva do mundo”, implanta esse programa de transformação dos sistemas educativos, fazendo do conhecimento um fator exclusivamente econômico, em detrimento das dimensões e motivações morais, culturais, políticas da transmissão dos saberes... As «competências» são aí consideradas como habilidades profissionais negociáveis no mercado, “marketable skills” para retomar a tradução inglesa completa, que equivale às nossas “competências”, e não mais conhecimentos requeridos para se compreender o mundo, pensar o que se é e o que se faz. Essas novas orientações economicistas e utilitaristas da escola atacam profundamente os fundamentos humanistas sobre os quais são construídos os sistemas educacionais europeus. Aí se trata, e eu peso minhas palavras, de uma verdadeira autodestruição da herança europeia. O capitalismo coloniza a escola através de políticas públicas que, no fundo, introduzem a norma capitalista na escola.

Os debates atuais sobre a escola lhe parecem à altura dos desafios?

Christian Laval. No que diz respeito a UMP, nada mais freia a direita em seu projeto de construção da escola mais puramente capitalista que seja. Trata-se, de maneira muito aberta, de implementar uma escola concorrencial, funcionando para a elite, e que visa fazer de cada estabelecimento uma pequena empresa com um “patrão” à sua cabeça que terá todo o poder sobre os professores. É um programa, ao mesmo tempo neoliberal e neoconservador, dos mais radicais. No que diz respeito ao programa dos socialistas, é chocante sua pobreza. Dá a impressão de uma simples repetição de orientações muito antigas tiradas das relações dos anos 70 ou 80. É um programa, se é que se pode chamar assim, que não chega a apreender o novo contexto em que estamos. Os socialistas se interditarão de compreender que, faz trinta anos, a escola está sendo submetida cada

vez mais a uma norma neoliberal. Quando promovem a autonomia dos estabelecimentos, não parecem compreender que essa autonomia pode ser tomada em sentidos muito diferentes e que, no contexto atual de concorrência entre estabelecimentos, pode ter efeitos extremamente negativos sobre o objetivo oficial de luta contra as desigualdades que o programa se propõe. Há aí um desconhecimento, voluntário ou não, do novo paradigma mundial da educação.

Que resistência se pode construir nesse ambiente dominado pela norma neoliberal?

Christian Laval. Está se observando lutas muito intensas no campo do ensino. Tornou-se um domínio altamente conflituoso. A mobilização dos alunos, dos estudantes, dos pais, dos professores mostra que a escola não está fora dos combates sociais. Ao contrário, eu diria mesmo que a escola está no centro das novas lutas de classe. Em escala mundial, as lutas contra o neoliberalismo estão focadas muito seguidamente sobre o domínio escolar e universitário. Há quatro meses, os estudantes chilenos combatem o modelo neoliberal que se estabeleceu desde a ditadura de Pinochet. Não somente lutam contra o modelo da escola privatizada e concorrencial, mas atraem o conjunto da sociedade para o combate à totalidade do modelo neoliberal. De uma certa maneira, o terreno escolar e universitário, extremamente sensível, como se vê em toda a parte, pode ser o lugar da cristalização de uma oposição mais global às orientações neoliberais. Isso se vê no México, na Grécia, em Portugal, no conjunto do movimento mundial dos indignados. Já se entrou numa fase de mobilização e contestação que ultrapassa o quadro da escola. Doravante, o que resta a fazer? Pode-se constatar hoje em dia a ausência de um modelo alternativo com credibilidade. É preciso, então, reinventar a escola democrática e compreender que ela não poderá se expandir no quadro de uma sociedade tão desigual, na qual o capitalismo impôs sua lei em todas as esferas da existência. Nós não

podemos reinventar a escola democrática se não reinventamos um projeto de sociedade democrática. Mas as coisas acontecem. Vê-se bem, hoje em dia, que a democracia está ameaçada em seu coração pela lógica financeira. Observa-se, igualmente, a emergência de processos revolucionários que colocam a questão da reinvenção de uma sociedade na qual a democracia seria “real”. O que suporia uma nova escola democrática.

A que deveria se assemelhar essa nova escola democrática?

Christian Laval. Ela teria várias dimensões. Deveria se organizar em torno da luta contra as desigualdades escolares, a qual não existe sem uma luta contra as desigualdades sociais. Deveria comportar igualmente uma refundação dos ensinos, que deveriam ter por princípio dar aos alunos os meios para uma participação mais ativa na vida política. Isso suporia a implantação dos mais ambiciosos instrumentos de compreensão de um mundo que ficou mais complexo, o que quereria dizer, por exemplo, um outro lugar muito mais importante para as ciências sociais, a história, a filosofia, para que todos os alunos e estudantes pudessem compreender melhor em que mundo vivem, e que orientação lhe dar. Isso quereria dizer também que a vida democrática no interior do funcionamento da própria escola fosse melhor organizada, fosse mais efetiva, o que implica uma ruptura com o modo gerencial do reino dos chefes e dos pequenos patrões, que foi implantado no quadro da “nova gestão pública”. Isso suporia igualmente que a pedagogia se inspirasse bem mais das práticas cooperativas na organização da aula e nas maneiras de aprender. A síntese de todas essas dimensões poderia constituir uma espécie de programa diretamente oposto ao modelo da nova escola capitalista e se integrar ao projeto mais global da “democracia real”, como dizem os indignados do mundo inteiro.

Fonte: L'Humanité, 28/Set./2011

Tradutor: Sergio Granja

Revisão: Silvia Mundstock

Nesta eleição nosso candidato é o povo!

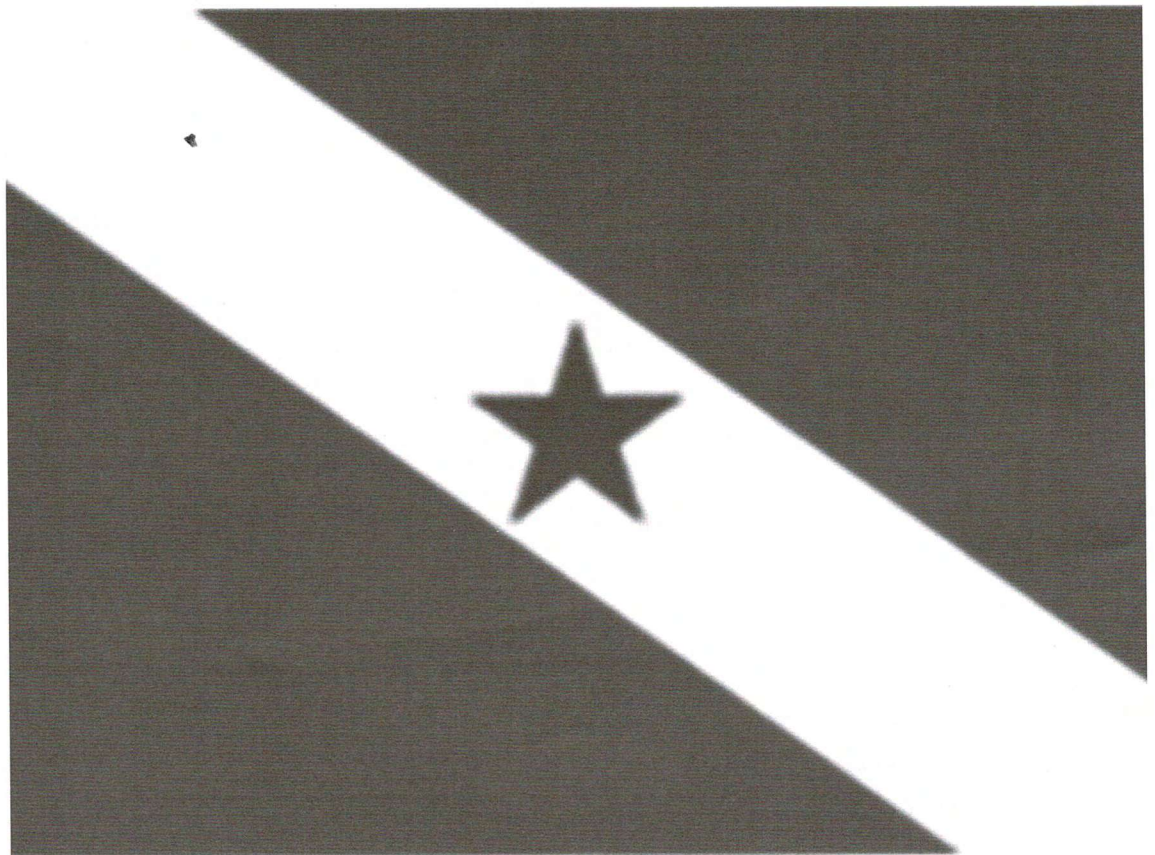
O povo paraense vai passar, no dia 11 de dezembro, por uma prova de fogo. Pela primeira vez na história do Brasil será realizado um plebiscito para aferir a opinião da população sobre a divisão de um estado. A proposta de dividir o Pará para criar dois novos estados, o Carajás e o Tapajós, deixaria o Pará remanescente com apenas 17% do atual território.

Por **Fernando Carneiro**

O principal argumento dos separatistas é que o Pará é um estado grande e pobre, tornando-se inadministrável. Bem é óbvio que o Pará é grande (com mais de 1,2 milhão de km², é o segundo maior do Brasil). Seu povo é pobre, e isso é inquestionável. Entretanto a pergunta que temos que nos fazer é: O Pará é “pobre” por ser grande? Creio que não.

Aliás, o argumento de que o Pará é “pobre” não é assim tão verdadeiro. Hoje o principal motor da economia paraense é exportação de “commodities”. Esse neologismo pomposo, importado do inglês, significa na prática produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com baixíssimo grau de industrialização. Estamos falando principalmente de produtos minerais, agrícolas e pecuários. O Pará é hoje, a segunda maior potencia mineral do Brasil (atrás apenas de Minas Gerais) e responsável por quase 30% de toda a produção nacional. Ao largo disso tudo, como sempre, o povo. São mais de 2,5 milhões de pessoas vivendo com menos de meio salário mínimo. 1,5 milhão delas com menos de R\$ 70,00 ao mês. A verdade é que o Pará é um estado rico, de povo miserável.

O responsável por isso não é o tamanho do estado, mas o modelo de desenvolvimento adotado. Um modelo capitalista clássico: predatório, explorador e destruidor dos recursos humanos e naturais. Ao longo de décadas o governo federal, com a devida conivência dos governos estaduais do PMDB, do PSDB e do PT, transformou o Pará em um



estado-almojarifado ou estado-celeiro. Em uma palavra: somos um estado a ser dilapidado, aviltado e roubado. Mas as maldades não param por aí. As elites fizeram aprovar uma Lei que desonera as exportações, a famigerada Lei Kandir (em alusão ao deputado do PSDB, autor da proposta). Primeiro nos transformam em meros exportadores, depois eximem esses produtos do pagamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Segundo estudos do Tribunal de Contas do Estado, só de 1997 a 2010 o Pará perdeu mais de 21,5 bilhões de reais, valor mais que suficiente para zerar o

déficit habitacional que é de 320 mil casas. Como se isso não bastasse os royalties do minério são 5 vezes menores que os do petróleo, piorando ainda mais a situação.

Não podemos nos esquecer que o Pará padece dos mesmos males que a maioria dos estados brasileiros: o abandono e a falta de políticas públicas em razão da inadmissível sangria da dívida pública que consome a metade dos recursos nacionais. Em 2011 o governo Dilma vai destinar quase 50% do orçamento para o bolso sem fundo dos banqueiros nacionais e internacionais. Há ainda a corrupção que, segundo estudo da FIESP,

consome mais de R\$ 69 bilhões ao ano, ou 2,5% do PIB. Um número seis vezes maior que o do “bolsa família”, o maior programa de “distribuição de renda” dos governos Lula e Dilma.

Se não mudarmos esse modelo não adianta dividir o estado.

A pobreza do povo vai apenas mudar de endereço. Vai continuar o abandono e o descaso. Criar dois estados é uma medida extremamente onerosa. Serão criados centenas de novos cargos, dentre eles: 2 governadores e vice-governadores, 6 senadores, 16 deputados federais, 48 deputados estaduais, 20 secretários de estado, 6 Conselheiros dos Tribunais de Contas, 14 desembargadores. Enquanto isso o Pará remanescente perderia 5 deputados federais e 5 estaduais.

Essa poderosa máquina estatal já nasceria devendo quase R\$ 2,0 bilhões aos cofres da União (leia-se povo brasileiro).

O estado do Tapajós, que nasceria extremamente pobre, não teria outra alternativa senão aumentar ainda mais os elevados índices de desmatamento da região, que assiste à devastação da floresta amazônica, com a consequente destruição de populações tradicionais e povos indígenas, para a produção de soja. O Carajás seria uma subsidiária da Vale e da indústria agropecuária, os verdadeiros donos do futuro estado. A maior reserva mineral do mundo, localizada na Serra de Carajás, estaria cada vez mais à mercê dos interesses pouco nobres de uma elite política venal e subserviente

aos interesses do capital. Por último se a lógica é criar estados pequenos para melhor administrar deveriam propor a subdivisão do Tapajós, que já nasceria como 3º maior estado do país, atrás apenas do Amazonas e do Mato Grosso. A verdade é que se estado pequeno fosse sinônimo de estado rico, Sergipe,



Espírito Santo, Alagoas e o Rio de Janeiro seriam verdadeiros paraísos.

A divisão do estado não vai permitir o acesso da população às riquezas de sua região. A lógica do capital não vai permitir isso. Os ricos ficarão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Tanto é assim que o povo de cidades como Parauapebas e Canaã dos Carajás, que tem arrecadações milionárias, vive em condições extremamente precárias, bem parecidas com as que encontramos nas periferias de Belém ou Ananindeua, vizinhas do centro do poder.

A periferia no capitalismo não é apenas geográfica, mas principalmente sócio-

econômica e política. A falência do projeto capitalista para a Amazônia é o verdadeiro responsável pelo sentimento separatista que sangra nosso estado. Se os municípios do interior tivessem infraestrutura, saúde, educação, saneamento e segurança, o separatismo não prosperaria. Cabe aos militantes dos diversos movimentos sociais impor um corte de classe nessa discussão.

Não podemos deixar que setores da elite paraense, eles mesmos responsáveis pelo abandono do interior, sejam a vanguarda da luta contra a divisão. Não podemos deixar que eles joguem o povo do sul do estado contra o povo do nordeste ou do oeste do Pará. Dividir para melhor governar sempre foi a lógica da burguesia. Romper com esse paradigma é tarefa de todos nós, inclusive do PSOL.

Aprovada ou não a divisão, o Pará não será mais o mesmo. O sentimento separatista beira o xenofobismo e isso precisa ser duramente combatido. Mas há um aspecto positivo nessa discussão: estamos sendo obrigados a conhecer melhor a realidade do interior do estado. Uma maior atenção ao interior do estado é inevitável. Ao mesmo tempo a população do interior está conhecendo mais Belém e a região nordeste. Se conseguirmos superar a fratura social que está se intensificando, poderemos avançar numa integração mais saudável do estado.

Não somos comodistas, ao contrário, defendemos a verdadeira mudança. A mudança desse modelo predatório e destruidor. Mas só um governo assentado na participação popular e comprometido com a causa socialista poderá avançar na verdadeira integração do estado, o resto é propaganda. Nada mais que isso.

Fernando Carneiro é historiador, dirigente do PSOL-PA

A ocupação de Belo Monte

Seis Lições sobre Outubro

Por **Otávio Rodrigues e Willys Lins**

“Viver é lutar.

A vida é combate,

Que os fracos abate,

Que os fortes, os bravos

Só pode exaltar”.

Canção do Tamoio – Gonçalves Dias

Primeira Lição: a Ocupação – Rodovia Transamazônica, Km 50, Vitória do Xingu/PA foi o ponto marcado para o encontro. Era madrugada do dia 27 de outubro, quando o silêncio da floresta foi rompido pelo grito de guerra de lideranças indígenas de 18 etnias. Os Kaiapós, em maior número, lideravam o protesto. Assim, começou o bloqueio da Rodovia e a ocupação de obras do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), conglomerado de empresas responsáveis pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Nos dois primeiros dias do Seminário Mundial em Altamira (900 km de Belém) para discutir os impactos da usina, era corrente entre os participantes do encontro, a necessidade de realizar ações mais ousadas contra a iniciativa do governo brasileiro. Representativo, o seminário contou com cerca de 700 participantes, entre indígenas, pescadores, trabalhadores urbanos, estudantes e um expressivo número de militantes de movimentos sociais oriundos da capital paraense, Belém.

Segunda Lição: a Solidariedade – Presentes ao evento, dois ex-candidatos ao governo do Pará no último pleito, o historiador Fernando Carneiro (PSOL) e o dirigente sindical Cleber Rabelo (PSTU), além de dois parlamentares, Edmilson Rodrigues e Marinor Brito, ambos do PSOL.

Terceira Lição: recuo da NESA e espionagem – Na guarita da empresa, apenas três seguranças. Um deles, devidamente orientado para não reagir, portava uma câmera

fotográfica e aguardava passivamente a chegada dos manifestantes ao local. Este fato, somado a outros, não passou despercebido pelos organizadores do seminário de que todo o evento, do início ao fim, foi monitorado por arapongas a serviço do governo brasileiro e da Norte Energia S. A. (NESA).

O que era suspeita transformou-se em certeza, uma vez que durante a ação de ocupação, não se demonstrou nenhuma resistência por parte da segurança privada da NESA, que temerosa com possíveis conflitos, resolveu liberar do trabalho os mais de mil e trezentos funcionários.

Quarta Lição: resistência – Os manifestantes sabiam exatamente o que queriam: atacar a fera de R\$ 30 bilhões, acumular forças, chamar a atenção internacional, criar um fato político e do palco da discórdia, enviar um recado sem intermediários ao governo. E assim foi feito durante as 12 horas da ocupação do canteiro e da rodovia Transamazônica.

O movimento de ocupação sabia também que o conluio político-jurídico logo daria as cartas. Assim, no início da noite do dia 27, a ordem de reintegração de posse chegou e não causou nenhuma surpresa.

Acompanhados de uma equipe do batalhão de choque da PM, oficiais de justiça vistoriaram as instalações (que não foram depredadas). Toda essa movimentação foi documentada e boa parte das imagens correu o mundo.

Quinta Lição: visibilidade – A luta contra a construção de Belo Monte entra em uma fase decisiva. Está claro que o governo precisa construir Belo Monte para atender aos seus compromissos políticos, mas principalmente para derrotar mais de duas décadas de resistência dos povos da floresta. O governo opera no sentido de tentar quebrar esta resistência e o símbolo que ela representa. E segue ignorando o clamor mundial.

Belo Monte, se não for impedida, terá 80% do seu custo de R\$ 30 bilhões financiado com

recursos do Estado brasileiro para beneficiar grandes corporações econômicas. A revelia do sofrimento que ela poderá causar, os impactos sociais e ambientais serão irreversíveis.

Os novos passos do movimento ainda não estão decididos, mas com certeza estará na pauta incentivar o aumento da solidariedade nacional e internacional e principalmente incrementar a luta local.

Manifestações contrárias à usina têm ganhado força em escala mundial e já chegaram a mobilizar a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Sexta Lição: próximos Passos – Este final de outubro ajudou a escrever uma página importante desta luta, e a depender, pode reorientar o movimento para novas ações diretas, frente a frente com a fera do PAC.

Não é à toa, que o consórcio começa a operar um plano para abrigar nos alojamentos da obra, homens da Força Nacional.

Certamente, se os participantes do Seminário Mundial tivessem ficado apenas entre as linhas do debate, não teriam rompido o forte cerco midiático imposto ao movimento. Ademais, o ânimo de todos saiu fortalecido com o fato de terem dado um passo concreto para acumular forças na luta contra Belo Monte.

Daqui em diante, tudo leva a crer que este trecho da Transamazônica será testemunha de novos acontecimentos. Outubro se foi com a nítida e inequívoca certeza de que o grito de guerra dos povos da floresta não ecoa mais tão solitariamente na volta grande do Xingu. Ele corre mundo afora, conclamando os lutadores do povo para marcharem em defesa da Amazônia, dos seus rios, povos e florestas, são as lições de outubro.

Otávio Rodrigues é membro do Comitê Metropolitano Xingu Vivo e do Ponto de Pauta
Willys Lins é jornalista e colabora com o Ponto de Pauta

Uma olhada macroscópica sobre o conflito do Tipnis

Em setembro deste ano, mais de dois mil indígenas bolivianos, liderados pela CIDOB (Confederação Indígena da Bolívia), iniciaram uma marcha do departamento amazônico de Beni rumo à capital, La Paz. O objetivo da marcha era conseguir a suspensão da construção do trecho 2 da rodovia San Ignacio de los Moxos-Tunari que atravessaria o Território Indígena Parque Nacional Isidoro Securé-TIPNIS, cortando o coração de uma área que é de preservação da biodiversidade e que serve de lar para diversos povos indígenas.

Após vencerem inúmeras dificuldades, os marchistas sofreram uma pesada repressão policial, que resultou em diversos feridos. A repercussão negativa e a solidariedade internacional obrigaram o governo boliviano a anunciar a suspensão da construção do trecho da rodovia, reivindicada pelo movimento indígena. No entanto, a vitória da marcha não está completamente assegurada: ainda não foi publicada a regulamentação da lei que suspendeu a construção e existem inúmeras pressões por sua retomada.

Neste artigo, escrito antes do início da marcha, Gustavo Soto, analista do Centro de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais – CEADDESC, de Cochabamba, revela os interesses por trás da construção da estrada e faz um “raio X” do IIRSA – a Iniciativa de Infraestrutura Regional Sulamericana, megaplano de integração do continente a serviço dos interesses das grandes corporações, do agronegócio e do fortalecimento da hegemonia do Estado brasileiro na região.

Por **Gustavo Soto Santiesteban**

Um projeto nascido no ventre neoliberal

No ano 2000, os presidentes neoliberais da região lançaram o mais agressivo plano de “Desenvolvimento e Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana” (IIRSA). O IIRSA é um pacote de 514 megaprojetos hidroelétricos, rodoviários, gasíferos e portuários, com um investimento inicial estimado em 69 BILHÕES USD, financiados por BID-CAF-FONPLATA (*os mesmos da extinta ALCA na região*), União Europeia, Banco Santander e o BNDES do Brasil, para benefício imediato de corporações construtoras, na maior parte *brasileiras*, tais como: *Odebrecht, Andrade Gutiérrez, Camargo-Correa, OAS, Furnas, Suez-Tractebel*. Esses megaprojetos são parte da histórica estratégia brasileira de colonização da Amazônia continental, já desenhada pelas ditaduras militares, e chamada sucessivamente *Brasil em Ação, Avança Brasil* e, agora, *PAC – Plano de Aceleração do Crescimento*.

Desenvolvimento? Sim, para as corporações multinacionais mineiras, metalúrgicas, petroleiras, agroindustriais, farmacêuticas,

de engenharia genética, empresas construtoras, florestais. Para as subcontratistas locais ficam as suficientes migalhas para gerar o apoio político necessário à implementação. *Integração?* Claro, mas subordinada ao Brasil, em primeira instância, e, em seguida, à economia capitalista global agora liderada pelos BRICS (quer dizer, pelas corporações multinacionais que operam neles e a partir deles).

Em fins de 2010, se contavam 51 projetos concluídos / 196 em fase de execução: investimento estimado 38 bilhões \$US / 103 projetos em fase de estudos, 17 bilhões \$US / 31 projetos estratégicos de implementação prioritária: 10 bilhões \$US (Agenda Consensuada 2010-2015).

O conjunto desses *Eixos de Integração e Desenvolvimento* cruza territórios onde se encontra a maior concentração de recursos naturais: minério, hidrocarburetos, bosques, água e, sobretudo, os recursos da biodiversidade. Têm como principal objetivo a facilitação da exploração, extração e exportação dos recursos naturais do continente. Algumas regiões importantes por sua dotação de recursos se encontram sob o manto de dois

ou três eixos simultaneamente. (**Seis eixos** no caso da Bolívia.)

Nos projetos executados em distintos países sulamericanos, até a data, já se detectaram os seguintes impactos:

- **Extração intensiva** dos recursos naturais não renováveis (petróleo, gás, minérios).
- **Destruição de zonas ricas em biodiversidade** para promover monoculturas (soja ou cana de açúcar para biocombustíveis, plantações de celulose...).
- **Desflorestamento maciço**: 74% do desflorestamento da região amazônica ocorreu em terrenos a até 50 Km. dos dois lados das estradas mais importantes.
- **Danos irreversíveis aos ecossistemas**.
- **Violações dos DDHH**: em especial dos direitos coletivos dos povos e comunidades indígenas (1 milhão 600 mil indígenas de 370 povos e culturas) reconhecidos por Constituições, Convênio 169 OIT e Declaração das NNUU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, entre eles: os direitos ao território; à consulta livre, prévia, informada, de boa fé; à água; e o direito de definir seu *próprio* desenvolvimento.
- **Incremento da dívida externa**.

Depois de onze anos, a Iniciativa IIRSA foi retomada pela UNASUR sob o nome de COSIPLAN (2011), com o agravante de sua aceleração a cargo de governos “*progressistas e revolucionários*”, sob a batuta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil. O BNDES é o banco estratégico para a constituição de oligopólios e para a internacionalização das corporações brasileiras (carteira de créditos em 2010: R\$ 162 bilhões – 100 Bilhões de \$us – mais que a CAF, o BID e o Banco Mundial juntos).

Megaprojetos IIRSA na Bolívia

Para a Bolívia, se desenharam os seguintes pacotes de projetos:

Eixo Andino: 74 Projetos / 5.000 milhões \$US. –Transporte terrestre –Passagens fronteiriças e –Projetos energéticos

Eixo Capricórnio: 34 Projetos / 2.000 milhões \$US. Prioridade: Rodovias e ferrovias.

Eixo Andino do Sul Entre seus projetos encontramos: Construção do Megaporto de Mejillones – por onde se exportam minerais de San Cristobal, p.e. – O Gaseoduto Norte Argentino, a Rodovia Tarija-Bermejo-Salta.

Eixo Hidrovia Paraguai – Paraná, vinculada ao Mutún.

O **Corredor Bioceânico:** Santa Cruz – Puerto Suárez, têm relação

Eixo Peru-Brasil-Bolívia: 18 projetos/ 11.600 milhões \$US. Melhoramento de estradas, complexo hidroelétrico Madera. Rodovia Bioceânica Brasil-Peru.

Eixo Interoceânico Central: 44 Projetos / 3.300 milhões \$US. Rodovias, Ferrovias, Gaseodutos, Minério.

Apesar das múltiplas mudanças políticas que vivemos na Bolívia desde 2000, a IIRSA continuava trabalhando sem pausa com todos os governos (neoliberais, transitórios e revolucionários).

Reuniões IIRSA na Bolivia: (Santa Cruz)

Eixo de Capricornio: 4 a 6 de novembro de 2003 e 16 a 19 de março de 2009

Eixo Hidroviário Paraguai-Paraná: 21 a 23 de agosto del 2007 e 16 a 19 de março de 2009

Eixo do Sul: 4 a 6 de novembro de 2003

Interoceânico Central: 12 de junho de 2001 e 4 a 6 de novembro de 2006

Mercosul Chile: 4 a 6 de novembro de 2006 e 16 a 19 de março de 2009

Sem embargo, e surpreendentemente, o governo que deu maior impulso à IIRSA foi o de Evo Morales Ayma, cujo *Programa de governo 2010-2015* inscreve como seu *todo o pacote* de projetos IIRSA:

Revolução viária para um país integrado: estradas e pontes

Todos os caminhos da IIRSA

Megaprojetos para a exportação de energia elétrica:

Projeto Hidroelétrico Cachuela

Esperanza (BENI)

Projeto Hidroelétrico Rositas

(Río Grande, Santa Cruz)

Projeto Hidroelétrico El Bala

(Norte de LA PAZ)

Bolívia, país conectado ao atlântico:

Hidrovia o Mutún – Porto Busch

(www.cne.org.bo)

Nosso Grande Irmão

Na Bolívia, o apetito brasileiro não se restringe ao gás, mas também abarca estradas, represas, investimentos na agroindústria. Assim, por exemplo, o Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, quatro represas que fornecerá à indústria brasileira a possibilidade de contar com quase 10 mil MW (Megawatt).

Duas dessas quatro represas se construirão em território boliviano.

Uma delas, Cachuela Esperanza, gerará energia a \$US 65 MW. / hora: 3 vezes o custo atual no sistema interconectado da Bolívia (\$US 20) e 50% mais alto do que o custo de produção de Jirau (\$US 43 MW / hora). A área inundada (ao menos 1.000 Km².) será quase **duas vezes maior do que as áreas inundadas por Jirau e Santo Antonio juntos**, e gerará apenas a terceira parte de sua energia. Contribuirá para o esquentamento global, gerando mais gases de efeito estufa e não responderá às urgentes necessidades energéticas das populações do norte boliviano.

Aumentará a dívida externa com o Brasil em **2 bilhões 500 milhões de dólares**, convertendo este país em nosso credor principal.

Os especialistas suspeitam de que Cachuela Esperanza é uma represa destinada sobretudo a reter os sedimentos no lado boliviano, para que as do lado brasileiro, Jirau e Santo Antonio, tenham maior vida útil. Nos endividaremos e perderemos a soberania para ser seu depósito de lixo?

Quem financia a estrada que divide ao meio o núcleo do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécuré? **BNDES**. Quem construirá essa estrada? **OAS**.

Por acaso não é mais importante resolver, de modo definitivo, o problema do Sillar? Não é mais importante construir o trecho ferroviário Aiquile-Santa Cruz e restaurar os trechos perdidos de Oruro-Cochabamba? Por acaso não se sabe que as ferrovias transportam maiores volumes de carga com custos comparativos menores? Sim. Ambos os projetos (o do Sillar e o da ferrovia) são também parte da carteira IIRSA, mas, por algum motivo, não receberam os fundos para executá-los com a mesma diligência com que se desembolsou os recursos para a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos. Essa rota é *parte secundária* do **Corredor Norte** em seu eixo Perú-Brasil-Bolívia, que vincula a Amazônia boliviana e o estado de Rondônia no Brasil com o Pacífico, implementando a **geopolítica brasileira de ocupação da Amazônia continental** para a expansão de empresas agroindustriais, madeiras, mineiras, hidrocarboríferas e farmacêuticas. Essa hipótese tem alguns fortes indícios recentes vinculados à chegada de Lula na semana passada pelos bons ofícios da empresa construtora brasileira OAS. Será o custo político do apoio de Lula ao governo de Evo Morales para a implementação da represa de Cachuela Esperanza?

O “padrão” IIRSA se replica no caso do TIPNIS: existe um contrato petrolífero lei 3672 23/04/2007 “Área de exploração Rio Hondo” firmado com a PETROBRAS BOLIVIA 50% e TOTAL E&P BOLIVIE 50%,

por 30 anos a partir de 2007, abrangendo 1 milhão de ha., nos departamentos de Beni, Cochabamba e La Paz, e afeta também o TIPNIS pelo noroeste. Se a isso se acrescenta o explícito interesse e a promessa política de terras neste Parque Nacional para os produtores de folha de coca e a nova lei de Terras em conclusão, temos um quadro complexo que ajuda a compreender a intensidade de um conflito, previsível em qualquer outro país sulamericano, mas, até a pouco, inimaginável na Bolívia, dado o desmedido protagonismo do presidente na cena internacional como paladino da defesa dos direitos indígenas e da mãe terra.

Leiam esta pérola:

“Ao mesmo tempo denunciemos como este modelo capitalista impõe megaprojetos de infraestrutura (sic), invade territórios com projetos extrativistas, privatiza e mercantiliza a água e militariza os territórios, expulsando os povos indígenas e os camponeses de seus territórios, impedindo a soberania alimentar e aprofundando a crise socioambiental. (*Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, 22 de abril de 2010, Cochabamba, Bolívia*).

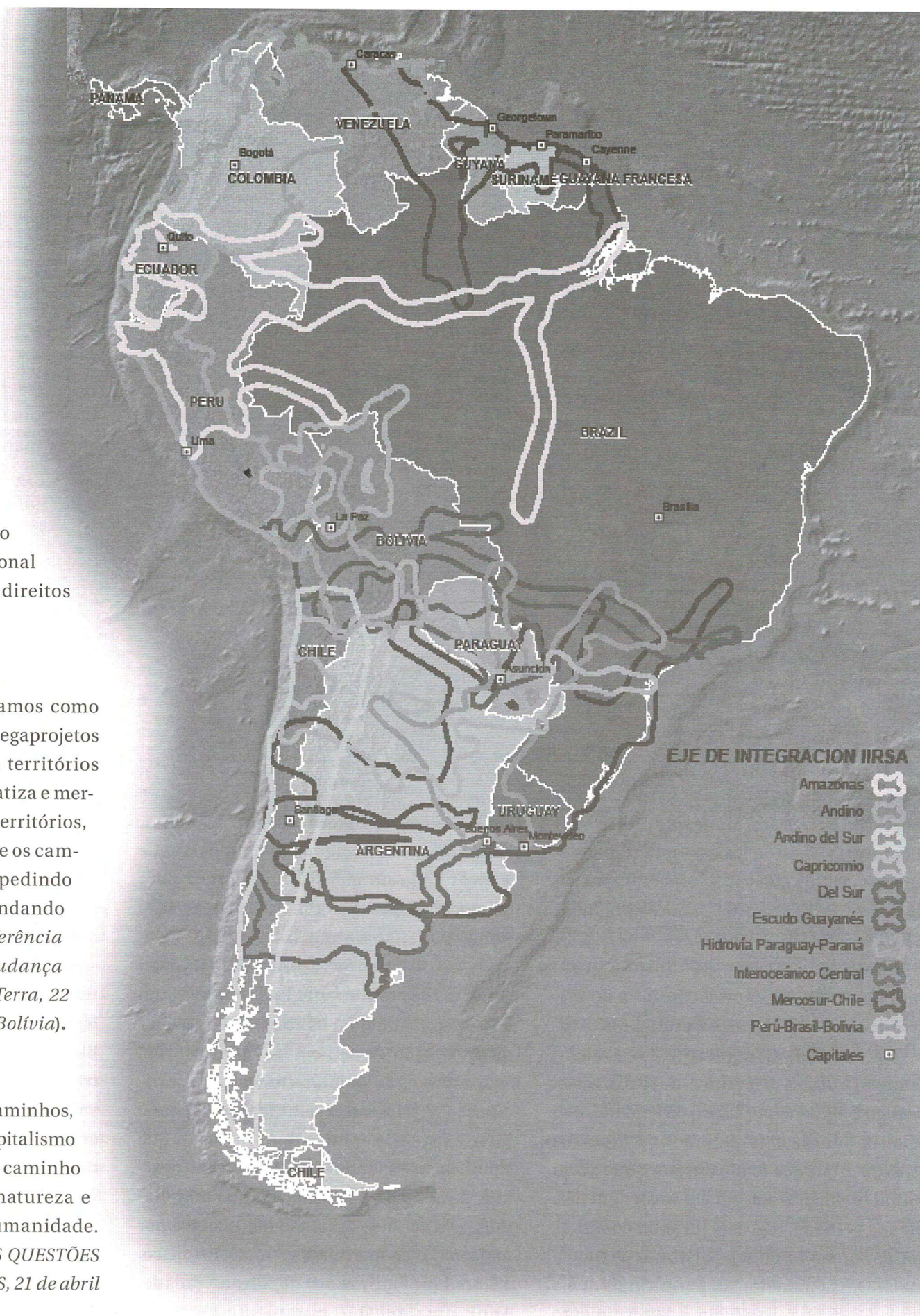
Ou essa outra:

Irmãs e irmãos, aqui há dois caminhos, ou seguimos pelo caminho do capitalismo e da morte, ou avançamos pelo caminho indígena da harmonia com a natureza e da vida, tudo para salvar a humanidade. (*FÓRUM PERMANENTE PARA AS QUESTÕES INDÍGENAS NAS NAÇÕES UNIDAS, 21 de abril de 2008*)

Fontes: “Seminário Internacional Cachuela Esperanza” e Atlas IIRSA em www.ceadesc.org / www.iirsa.org / www.cne.org.bo / www.biceca.org

cf. 25/08/2011 (erbol) declarações do secretário geral da Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia Antonio Cárdenas,

CSCICB. (A Bolívia foi o primeiro país do mundo a aprovar a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, em novembro de 2007)



Alain Badiou e a tarefa do pensamento

Por **Gabriel Tupinambá**

Talvez a mais rara disposição do pensamento seja a capacidade de reconhecer um impasse conceitual na filosofia herdada de um mestre e encontrar no trabalho de re-elaboração dessa idéia ainda mais razões para permanecer fiel àquele de quem se é herdeiro.

Sartre aprendeu com Husserl e Heidegger, mas se dizia existencialista, e não husserliano ou heideggeriano. Foucault pode até dever uma certa dimensão do conceito de arqueologia à genealogia de Nietzsche, mas certamente não se declarava por isso um nietzscheano convicto. Aristóteles, então: não é a toa que é aqui que encontramos o mote preferido daqueles que substituem seus mestres por si próprios. Quando questionado por um aluno a respeito de suas divergências com seu mestre Platão, o Estagirita declarou: "Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade". E assim, ainda que professasse o contrário, Aristóteles assumia implicitamente que uma consequência fundamental do novo e do verdadeiro é *separar* os homens uns dos outros.

Não é só no campo da filosofia que a verdade é tida como uma categoria do *discernimento ou da distinção*: estamos acostumados a pensar que aquilo que é verdadeiro também é único, discernível de todo o resto. Se digo a alguém que o amo de verdade, não estou de fato dizendo que amo aquela pessoa *específica*, que não tenho ilusões, e que quem a ama realmente sou *eu*? Ou se alguém jura dizer a verdade, não está jurando contar as coisas como *são*, ou seja, distintas de tudo o mais? Dessa maneira, ao permitimos que a verdade nos una - isso é, que o discernimento objetivo de como o mundo supostamente é se imponha a todos - *tornamos impossível nos unirmos por uma verdade*.



Um exemplo: em Nova Iorque, durante uma das manifestações recentes do *Occupy Wall Street*, um homem subiu no palanque improvisado no meio de uma praça para convocar as pessoas a marcharem até um ponto turístico do outro lado da cidade. Após seu discurso fervoroso, que mobilizou centenas de manifestantes ali reunidos, um outro rapaz tomou a palavra e, sob o olhar de aprovação de seu colega, acrescentou: "gostaríamos de lembrar a todos que a participação na passeata é voluntária, e depende inteiramente da opinião de cada um". O que significa esse adendo? Significa: ao marcharmos juntos, só é reconhecido que marchamos pela verdade caso não marchemos por nada maior do que nossa vontade. Primeiro, a liberdade individual, depois, a verdade. Aqui, uma questão puramente lógica se apresenta: como podemos lutar pelo bem comum se até mesmo a luta pela verdade é secundária ao bem individual?

Encontramos hoje na política dois usos contrários do par igual/diferente. De um lado, é cada vez mais evidente que o capitalismo não é avesso às suas crises e que, pelo contrário, possui uma afinidade monstruosa com a mudança constante: "quanto mais as coisas mudam, mais ficam as mesmas", costuma-se dizer, invocando essa relação paradoxal entre crise e estabilidade, que faz do Capital a mais espinozista das ideologias. Do outro lado, a Esquerda está em pleno processo de transformação: buscamos incessantemente novas maneiras de mudar o mundo, abrir espaço para outros valores, e questionar a atual ordem do mundo. Em suma, queremos que o novo *substitua* o antigo. Porém, se o capitalismo convive muito bem com as mudanças - se o diferente é hoje somente um outro nome para o mesmo - como podemos separar as transformações que mantêm o mundo como ele é daquelas que abrem caminho para um outro futuro? Como separar a *novidade* do que é propriamente *Novo*?

Corrigindo o gesto fundador da democracia neo-liberal, que nos coloca hoje frente a esse impasse, Alain Badiou corajosamente retoma o debate contra Aristóteles e, confraternizando com Platão, declara categoricamente: *a fidelidade é uma operação constitutiva da verdade*.

Percebamos a sutileza de tal asserção. Primeiramente, como Badiou se posiciona frente ao problema que descrevemos acima? Ele diz: se a lei do mundo é a permanente transformação daquilo que é único em mais-valia, da diferença em veículo da mesmice, então o primeiro gesto que não será uma novidade, mas algo realmente Novo, será o gesto de *dar continuidade a uma descontinuidade*. Isso é: num mundo onde toda ruptura propaga o presente - onde toda descontinuidade dá prosseguimento ao contínuo - o critério fundamental para distinguir o que é verdade e o que é opinião, o que é Novo e o que é a última moda, é a capacidade de se manter fiel à uma Idéia.

Notemos também que, ao sustentar essa afirmação, Badiou se torna ele mesmo um exemplo daquilo que declara: contra o ceticismo, contra as acusações de que tudo o que se pretende maior que o indivíduo leva ao totalitarismo, contra as tentações de confundir um “estilo de vida” com uma Idéia, Badiou *declara sua fidelidade ao conceito de fidelidade*. Àqueles que aqui retrucariam “mas isso não é nada de novo, é o retorno ao antigo!”, chamamos logo a atenção para a primeira consequência que decorre da posição badiouiana: para que fosse possível se manter fiel a essa Idéia supostamente “ultrapassada” sem deixar de pertencer ao nosso tempo foi preciso que Badiou desenvolvesse um sistema filosófico *radicalmente novo*.

Para usar os termos da expressão de Aristóteles mencionada acima, o que Badiou propõe é uma concepção de verdade cujo correlato não é o mundo como ele é, mas o engajamento com uma afirmação que, por si só, permaneceria indecível. Desse ponto de vista, dizer que se é mais amigo da verdade do que de Platão não faz sentido algum: a verdade é uma *operação*, é o nome do trabalho de um sujeito que, fiel à irrupção de uma Idéia no mundo, extrai suas consequências e assim *transforma* o mundo. Reparemos que, na frase “sou mais amigo da verdade do que de Platão”, o termo ‘verdade’ é indiscernível do termo ‘fato’. O que é dito é que se abandona a elaboração de uma Idéia em nome das coisas como elas se apresentam de fato. Ora, a concepção de Badiou adicionaria aqui um óbvio arremate: as coisas se apresentam como “de fato são” *justamente porque se abandonou a elaboração da Idéia e, portanto, a transformação do mundo*.

Retornemos ao exemplo do amor para refinar a diferença entre a verdade como verificação de unicidade e a verdade como operação de fidelidade. No primeiro caso, se digo a alguém que o amo verdadeiramente, assumo antes de tudo que o amor é uma relação interpessoal - cá estou eu, único, lá está você, também única, e o amor verdadeiro é uma relação “certeira” entre nós dois. No segundo caso, se digo a alguém que o amo de

verdade, digo algo completamente diferente: afirmo que aquilo nos une não é o reconhecimento de quem somos, mas o convite para que, em nome de um encontro, uma ruptura no curso normal da vida, *inventemos juntos um jeito de ser um casal*. No caso “aristotélico”, um casal é a soma de um mais um - permanecemos fiéis, mais do que ao amor, ao critério do manejo de individualidades. No caso de Badiou, no entanto, o casal é *maior* que a soma das partes. Perguntamos, então, o que é essa pequena diferença, esse excesso que faz a soma das partes maior do que a soma dos elementos do conjunto - mas quem já teve coragem de amar alguém mais do que a si mesmo já sabe a resposta: é o Novo, a inscrição no mundo de um traço que não poderia ser deduzido ou calculado a partir de nada que pré-existia ao encontro amoroso. Não é à toa que Platão dizia que o amor é o caminho para a filosofia!

O conceito de fidelidade na filosofia de Badiou dá ensejo também a uma nova teoria da *disciplina*. Se a fidelidade é sempre fidelidade à uma Idéia, ou seja, se só a verdade onde o sujeito trabalha por algo maior do que si mesmo, então é preciso também compreender de que modo se distingue esse trabalho daquilo que Jacques Lacan chamava de “o narcisismo das causas perdidas” - esse ímpeto tão conhecido de querer que o Novo esteja submetido ao conforto pessoal, e, portanto, às coordenadas do presente. Definamos, pois, com Badiou, que *a disciplina é o que separa a Idéia do ideal*.

O ideal, nós o reconhecemos, por exemplo, em um certo uso que é feito das famosas linhas de Eduardo Galeano em que afirma que a utopia é uma razão para caminhar - “eu me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos”. Se, por um lado, trata-se evidentemente de uma formulação que busca reviver o pensamento do novo, nos incitando a fazer nossas escolhas na vida tendo como guia um lugar que não existe no mundo, por outro lado, é também uma expressão que dá sentido instantâneo a qualquer posicionamento subjetivo. Ou seja, é indistinguível se servimos à utopia ou se nos servimos dela,

pois podemos evocá-la igualmente no caso de irmos em sua direção ou não - afinal, a distância entre nós e o ideal permanece sempre a mesma.

A Idéia, por outro lado, não diz respeito a um mundo futuro ou perfeito. Se o ideal é baseado num futuro que nunca chega, a Idéia está sempre um passo *atrás* de nós: seu determinante não é a imaginação (de uma razão para caminhar), mas a atualidade do *pensamento* - pois quando uma Idéia se torna pensável, algo dela já adentrou o mundo. Badiou nomeia a irrupção de uma Idéia um *Evento*, e formula então a seguinte máxima: *toda verdade é pós-evental*. O amor se segue ao encontro, a ciência à descoberta, a política à declaração emancipatória, e a arte à descida do sentido ao sensível: a verdade é produzida em cada um desses campos na medida em que existem sujeitos que pacientemente desenvolvem as consequências amorosas, teóricas, coletivas ou sensíveis da emergência - violenta ou sutil - do Evento. A disciplina, nesse sentido, é antes de tudo uma disciplina do pensamento, uma capacidade de reconhecer, para além de toda diferença inócua, o traço preciso *e existente* daquilo que não existe em lugar algum. Aliando indissociavelmente a fidelidade e a disciplina, Badiou demarca concretamente a distinção entre o trabalho fiel à uma verdade e a referência apaziguadora ao ideal: hoje, a primeira marca do novo em nosso mundo é a capacidade de ser fiel a um pensamento - e, principalmente, na filosofia, a capacidade de se manter fiel ao conceito de fidelidade.

Num tempo de arrogância extrema como o nosso, em que se tornou inimaginável afirmar que qualquer princípio racional esteja acima das liberdades individuais, nossa tarefa é, antes de tudo, a de reconhecer que a filosofia de Alain Badiou rompe tanto com o presente, posto que oferece um princípio racional que não só rege a liberdade, como a transforma, quanto com o passado, já que não repete o discurso dos antigos, referindo-se a um ideal que alimente nossas esperanças sempre futuras. Não: *alguma coisa de realmente novo já está no mundo*.

As “causas perdidas” e o século XXI

Pátria es humanidad

José Martí

O mais recente livro do filósofo esloveno Slavoj Žižek é um verdadeiro petardo contra o falso consenso liberal-democrático. Entre outras razões, porque *Em defesa das causas perdidas* (Boitempo Editorial) assume claramente o papel de manifesto em favor dos grandes projetos de transformação social – mesmo daqueles que fracassaram. Em tempos de ofensiva das tendências pós-modernas, esta é uma empreitada corajosa. Embora muitos admitam o fracasso do modelo liberal-democrático, poucos são os que se arriscam a propor alternativas. E não é por falta de indignação: a crise que atinge o coração do sistema capitalista demonstra sua irracionalidade, diante da qual só uma saída política radical pode apontar caminhos que a superem. Para responder à suposta crise de alternativas, Žižek propõe retomar os grandes projetos de transformação do século XX. Por isso as chamadas causas “perdidas” (do inglês, *lost*) deveriam voltar à agenda da esquerda socialista. A meu ver, este reencontro começa, antes de tudo, pela retomada da solidariedade às grandes lutas do século passado, que sobrevivem hoje em diferentes partes do mundo desafiando a farsa do fim das utopias e alimentando a esperança dos revolucionários.

Por **Juliano Medeiros***

No coração da América do Sul, embrenhados entre selvas e montanhas, homens e mulheres lutam em armas por reforma agrária, justiça e liberdade. Combatendo um governo controlado por multinacionais e tomado pela corrupção, organizam-se como força popular insurgente e resistem às investidas do exército regular e dos bandos armados pela extrema-direita. Para estes guerrilheiros, acordar a cada manhã é uma vitória.

Numa ilha caribenha, um povo constrói sua revolução. Conquistado o poder pelo exército rebelde, colocam o Estado

finalmente a serviço dos trabalhadores: há escolas e boa educação, saúde de qualidade e médicos em profusão. O analfabetismo foi erradicado e, apesar das dificuldades, não há crianças nas ruas ou violência. Esta revolução, contudo, é acossada por um gigante imperialista a menos de 90 milhas de distância. Dorme com o inimigo, que está sempre pronto para atacar.

Do outro lado do oceano, milhares de quilômetros dali, o colonialismo sobrevive. Outorgando-se o direito sobre uma vasta região do continente africano, o invasor estrangeiro impede que um povo tenha direito à sua liberdade e autodeterminação. A luta

pela libertação nacional é dura e cheia de idas e vindas. As potências ocidentais parecem desconhecer o problema. Enquanto isso, campos de refugiados abrigam milhares de pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, que lutam por sua sobrevivência enquanto não conquistam sua libertação.

Estas imagens poderiam descrever um determinado momento do século XX. Entre os anos 60 e 70 do século passado, o mundo vivia em convulsão. As últimas colônias africanas e asiáticas libertavam-se do controle imperialista, guerrilheiros povoavam o continente americano em luta contra ditaduras militares e Cuba consolidava sua

revolução, apesar das investidas do imperialismo ianque. Porém, estas cenas são uma fotografia do presente: trata-se das causas abandonadas pela nova esquerda – adaptada à ditadura do mercado financeiro e que já não se identifica com conceitos como “revolução”, “insurgência” ou “autodeterminação”.

Estive no começo deste ano em Cuba. Lá encontrei um povo mobilizado, livre e feliz. Consciente dos limites de sua revolução, este povo engajou-se decididamente nos debates preparatórios ao 6º Congresso do Partido Comunista, que aconteceu em abril deste ano. Lá apresentaram suas críticas, demandas, propostas. Apontaram erros e sugeriram saídas. Conscientes de que preservar sua revolução significa preservar a própria idéia de revolução, os cubanos prestam um serviço a todos os revolucionários do mundo: mantém o exemplo de que é possível vencer, e vencendo, é necessário resistir. A revolução cubana é um estorvo para o imperialismo. Por isso é preciso derrotá-la, senão materialmente (o que não foi possível mesmo com um criminoso bloqueio econômico e centenas de atentados terroristas) ao menos simbolicamente, ridicularizando seus líderes e destacando as difíceis condições de vida de seu povo.

Meses atrás visitei também os companheiros do Partido Comunista na Colômbia. Tido como exemplo pelas potências imperialistas, o país tem cerca de 46% de sua população abaixo da linha da pobreza, segundo dados do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (2009). Esta realidade de extrema pobreza, que tem como pano de fundo a concentração de terras nas mãos de uns poucos *terratenientes*, levou, em 1964, à organização de um grupo rebelde formado por pequenos proprietários rurais, influenciados pelo sucesso de Fidel Castro na Sierra Maestra, e liderados por Manuel Marulanda, o *Tirofijo*. Reagindo com brutalidade e incentivando o surgimento de grupos paramilitares vinculados ao narcotráfico, o Estado transformou a guerra de guerrilhas num conflito de larga escala que

já dura mais de quarenta anos e tirou a vida de milhares de colombianos. São centenas de casos de massacres contra trabalhadores rurais e urbanos, desaparecimentos forçados, execuções, seqüestros e outros crimes



cometidos pelos paramilitares com a anuência do Estado colombiano. Não obstante a tentativa de eliminação total das forças rebeldes, as FARC-EP e o ELN contam com mais de 20.000 homens e mulheres e suas fileiras, desafiando as teorias que afirmam a impossibilidade da insurgência armada em pleno século XXI.

Mas o que mais poderia contestar o mantra da infalibilidade do consenso democrático-liberal que a existência de um povo dominado por um agressor estrangeiro? Os palestinos são a expressão mais conhecida deste fenômeno, mas não são a única. Os curdos, perseguidos no Iraque, Turquia, Armênia, um dos últimos “povos sem Estado”; a Guiana Francesa, última colônia européia na América do Sul; os bascos e a resistência ao domínio político e cultural do estado espanhol, também são exemplos de que segue viva a luta pela libertação nacional – e da importância desta

dimensão “nacional” enquanto combustível dos processos de transformação. Entre eles, uma das mais importantes experiências de resistência encontra-se na República Árabe do Saara Democrático (RASD), liderada pela heróica Frente Polisário na luta pela independência. Com seu território ocupado desde 1975 pelo reino do Marrocos, os saarauís vivem em acampamentos na Argélia e na zona liberada que ocupa uma região desértica entre o Saara e território dominado pelo Marrocos. A própria ONU, que tenta mediar o conflito desde o início dos anos 90, admite tratar-se de um processo de descolonização “inconcluso”.

Assim como estas, as provas de que as promessas de paz e liberdade do *establishment* não podem ser cumpridas saltam aos olhos. Senão, como falar de livre-mercado quando um desumano bloqueio econômico impede que Cuba possa desfrutar dos bens produzidos por outros países? Como pensar em democracia enquanto na Colômbia vigoram leis de exceção que violam os princípios básicos do liberalismo? Como defender a integração regional entre povos e Estados se subsiste em alguns rincões do mundo a vergonhosa chaga do colonialismo, como no Saara Ocidental?

Logo, a solidariedade à revolução cubana, o apoio à autodeterminação de palestinos, saarauís ou curdos e a defesa de uma saída negociada para o conflito colombiano, não são simples “profissão de fé”. Trata-se, por um lado, de reconhecer a atualidade do direito à insurgência, à revolução e à liberdade como elementos constituintes de uma estratégia socialista, e por outro, de pôr à baixo a farsa liberal que vende ao mundo a idéia de que estes conceitos e valores são coisa do passado. Por isso, nossa solidariedade a estas lutas é, também, o reconhecimento de sua validade universal e de sua inevitabilidade histórica.

Juliano Medeiros é membro da Direção Nacional do PSOL e participou da Comissão Organizadora do II Seminário Internacional promovido pela Fundação Lauro Campos.

Tariq Ali em Porto Alegre

Por **Luciana Genro**
e **Fernanda Melchionna**

Na quarta feira, dia 16 de novembro, tivemos o privilégio de receber o escritor paquistanês Tariq Ali, que veio a Porto Alegre a partir de uma articulação feita pela nossa Vereadora Fernanda Melchionna. Como presidente da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura, Fernanda promoveu uma parceria entre a Feira do Livro e a Câmara de Vereadores para trazer Tariq a Porto Alegre. Ele palestrou em duas atividades, uma na própria Feira do Livro, e outra na Câmara de Vereadores. Além de ouvi-lo na Câmara de Vereadores, atividade na qual o PSOL compareceu de forma numerosa e que reuniu centenas de pessoas, tivemos a oportunidade de boas conversas com ele, pois fomos seus anfitriões, levando-o para almoçar, jantar e passear pela cidade.

Para além de suas qualidades pessoais – uma pessoa extremamente acessível e simpática – ficaram evidentes suas ótimas opiniões políticas a respeito da situação mundial, do governo Lula e da luta revolucionária. De fato é impressionante como uma pessoa tão distante de nós pode ter avaliações políticas tão próximas.

Segundo Tariq existe um centro dominante na política: a centro-esquerda e centro-direita que aceitaram o pressuposto de que o capitalismo é intransponível, portanto seria necessário consertá-lo. Além de trair, com o discurso de que não há alternativa, destróem as esperanças das pessoas. Muitas pessoas que vieram das lutas da esquerda, cansaram. Tariq Ali insistiu para que a platéia não canse, pois uma geração que não luta deixa uma

dívida para as futuras gerações: uma situação política e social pior e mais difícil.

Sobre o Brasil sua posição foi clara contra o governo Lula/ Dilma, mostrando a clara continuidade da política de FHC desde a primeira gestão do PT, explicando que a alta popularidade de Lula deveu-se a uma situação econômica mundial favorável – alta demanda da China por commodities e baixa taxa de juros nos EUA – que beneficiou o Brasil, e também ao Bolsa Família, pois diminuiu a miséria extrema. Tem uma explicação “material” disse ele, a popularidade de Lula. E seria alta quem quer que fosse o governo nesta conjuntura de sorte. Além disso, isso não faz dele um governo de esquerda.

Perguntado sobre sua opinião a respeito do PSOL ele afirmou que gostava das duas palavras juntas: socialismo e liberdade para que na história estas palavras sempre apareceram separadas, além de não ter dúvidas da necessidade de construir-se um partido à esquerda do PT, que seja grande e de massas, afirmando que torce para que o PSOL cresça e seja parte importante desta construção. Sobre Venezuela, Bolívia e Equador, Tariq lembrou que é um processo que veio desde o caracazo e que todos foram marcados pelas lutas que produziram direções políticas e eleitorais, os movimentos populares elegeram seus representantes e as plataformas estão sendo relativamente cumpridas. Disse que este processo já teve seu auge, mas está mais recuado.

Tariq também falou do impacto da crise econômica e sobre o movimento Occupy Wall Street, que acontece nos EUA ressaltando sua importância simbólica, pois é uma mensagem de insatisfação à classe dominante. Criticou, entretanto, o fato deles não postularem uma alternativa, e nem terem um programa claro, diferentemente das mobilizações da Primavera Árabe, da Grécia, da Itália, que são movimentos de massas, e portanto não apenas simbólicos, e que tem uma plataforma mais clara. Mas que a esquerda não deve se apressar em relação a estes processos, pois ainda estão



apenas começando e seguirão se desenvolvendo. Para ver a amplitude das lutas de 2011 não podemos analisar apenas o presente, pois há um processo em curso. Também falou sobre os indignados da Espanha, valorizando a luta dos jovens, mas lamentando que eles tenham se absterido nas eleições em que ganhou a direita, uma vez que a social democracia é uma agente das políticas capitalistas. Esta conclusão fez até agora com que, equivocadamente, boa parte do movimento dos indignados negue a política.

Entretanto, nada disso nega a importância destes movimentos e a consigna de democracia real como correta. Ao contrário, Ali crê que cada vez mais a disjuntiva **capitalismo x democracia** vai se apresentar. E cabe cada vez mais aos socialistas dotar de conteúdo a consigna democracia real, postulando a necessidade do controle sobre a terra, a saúde, a natureza, fontes energéticas, educação e o controle estatal sobre o sistema financeiro.

Ele disse que existe uma crise de representação política, pois as pessoas não estão felizes com os governos tanto da social-democracia quanto da direita clássica, mas ainda não enxergam uma alternativa. Mas lembrou que o socialismo teve uma chance e foi derrotado, mas que o capitalismo teve várias chances e fracassou em todas. Disse que nós, os revolucionários temos que seguir lutando mesmo quando há uma situação adversa e a derrota é uma possibilidade provável, pois sempre se está construindo algo, mesmo que seja para o futuro, ou nossos filhos nos perguntarão: por que vocês não lutaram? Ele finalizou a palestra conclamando: NÃO DESISTAM!

O gênero dramático em Édipo Rei



Por **Sergio Granja**

O conceito do trágico no drama teatral da antiguidade clássica e no drama político da atualidade brasileira

A essência do drama, segundo Staiger, é a tensão. Toda a trama está concentrada em direção ao desfecho. Há economia de personagens e unidade de ação, tempo e lugar.

A composição dramática é escrita na forma de diálogo; e o “Eu” dramático (protagonista, deuteragonista, tritagonista) está todo no que faz e diz, interagindo no mundo e com o mundo.

Enquanto a epopéia narra a ação

progressivamente, o drama representa a ação tensamente. Não é à toa que drama em grego quer dizer ação. Vale dizer, o drama é a ação sem a mediação de um narrador.

ÉDIPO REI, de Sófocles, é uma tragédia. A tragédia é a desgraça irreparável do herói vitimado pelo destino. Staiger diz que, “quando se destrói a razão de uma existência humana, quando uma causa final e única deixa de existir, nasce o trágico”.

Na peça de Sófocles, Édipo, rei de Tebas, é o protagonista; e a rainha Jocasta, a deuteragonista. As outras personagens são o cunhado Creonte (irmão de Jocasta), o adivinho Tirésias (que é um velho cego), o sacerdote (que fala em nome do povo), e o emissário de Corinto. Há ainda o coro.

Édipo é o herói trágico. Ele não tem culpa de nada (é vítima do destino) e se sacrifica pelo seu povo. A tragédia se abate também sobre Jocasta, que se pôs contra o destino. Jocasta se suicida (enforcando-se) ao saber que se tornara mulher de seu filho. Édipo, ao descobrir que matara seu pai, Laio, e se casara com sua mãe, cega-se (vazando os olhos) e pede que seu cunhado e tio Creonte o expulsa de Tebas. Com o banimento, o herói trágico salva o reino da maldição da peste (que seria uma punição pela presença do assassino de Laio entre os tebanos).

A peça converge inteira para o desfecho trágico. A verdade vai sendo revelada nos diálogos, num clima de tensão produzido pelo entrechoque das personagens.

É mais ou menos como a peça que se desenrola agora no prosscênio da política nacional.

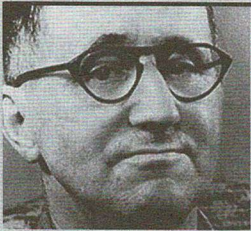
Gramsci postula que a tragédia na vida de um partido não está em não chegar ao poder, mas em chegar lá e negar o seu programa. Então, parafraseando Staiger, podemos dizer que, quando se destrói a razão da existência de um partido, quando uma causa final e única deixa de existir, nasce o trágico.

Coisas do destino... Só que o destino trágico aqui é uma teia tramada no jogo dos atores políticos: as concessões e as alianças que se fazem ditam o espaço do que é permitido e do que não é tolerado; a opção pelo pragmatismo obriga à assimilação dos valores dominantes em detrimento da radicalidade dos princípios; o trânsito da contestação à integração é um deslocamento que submete o transeunte à lógica política e econômica que é o fundamento mesmo da miséria moral e social brasileira.

Não foi por acaso que o PSOL foi expelido do PT.

A História se repete: uma vez, como tragédia (PT); depois, como farsa (PCdoB).

Sergio Granja é autor do romance Louco d’Aldeia em dois tempos (Record, 1996)



BERTOLD BRECHT

Elogio do Revolucionário

Neste 5 de dezembro, comemora-se o centenário do nascimento de Carlos Marighella. Nasceu em Salvador, Bahia, em 1911. Dedicou toda sua vida à causa revolucionária. Morreu em 4 de novembro de 1969, às oito horas da noite, em frente ao número 800 da alameda Casa Branca, em São Paulo, executado por agentes da ditadura. Herói do povo brasileiro, seu exemplo permanece vivo na memória e na ação dos lutadores sociais.

Nós o reverenciamos com dois poemas do indomável Bertold Brecht (1898- 1956). O primeiro, **Elogio do Revolucionário**, parece escrito para ele. O segundo, **Elogio da Dialética**, parece inspirar-se no exemplo dele. O certo é que Marighella apreciava a poesia de Brecht. E Brecht, com certeza, apreciava revolucionários da têmpera de Marighella.

Elogio do Revolucionário

Quando aumenta a repressão, muitos desanimam.
Mas a coragem dele aumenta.
Organiza sua luta pelo salário, pelo pão
e pela conquista do poder.

Interroga a propriedade:
De onde vens?
Pergunta a cada idéia:
Serves a quem?

Ali onde todos calam, ele fala
E onde reina a opressão e se acusa o destino,
ele cita os nomes.

À mesa onde ele se senta
se senta a insatisfação.
A comida sabe mal e a sala se torna estreita.

Aonde ele vai há revolta
e de onde o expulsam
persiste a agitação.

Elogio da Dialética

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.

Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.

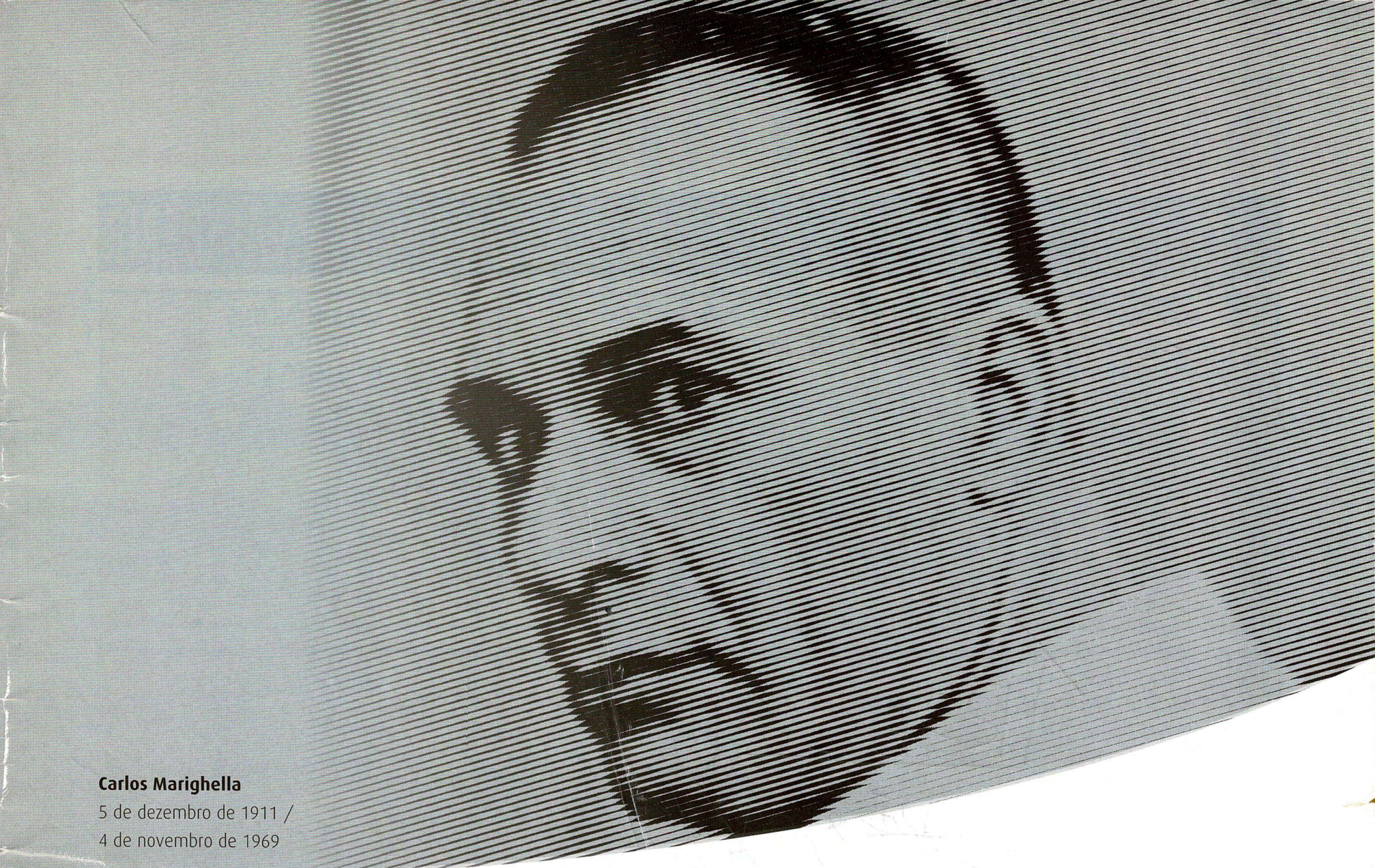
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar.
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!

O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.

Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.

Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.

E o "hoje" nascerá do "jamais".



Carlos Marighella

5 de dezembro de 1911 /

4 de novembro de 1969

EXPEDIENTE

Coordenação editorial

Sergio Granja
Roberto Robaina
Luiz Arnaldo
Israel Dutra

**Projeto gráfico, editoração
e direção de arte**

Fernando Braga [21] 88937235

Charges

Maringoni

Produção executiva

Silvia Mundstock

Endereço

Av. Rio Branco, 185
Sala 1525 - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.040-007
Fone (21) 2215 2491

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

DIRETORIA

Presidente de honra

Oraida Policena de Andrade Campos

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Carlos Roberto de Souza Robaina

Diretor Técnico

Luiz Arnaldo Dias Campos

Diretor Financeiro

Rodrigo da Silva Pereira

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Mário Agra Junior

Vice-presidente

José Enrique Morales Bicca

Membros titulares

Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho
Ewerson Claudio de Azevedo
Ema Regina Greber Carneiro
Breno de Souza Rocha
Antonio Jacinto Filho

Membros suplentes

Israel Pinto Dornelles Dutra
Juliano Medeiros
Honório Luiz de Oliveira Rego

CONSELHO FISCAL

Presidente

Antonio Carlos de Andrade

Membros titulares

Alexandre Varela
Luciana Gomes de Araújo

Membros suplentes

Jaqueline Teresa Aguiar
João Batista Oliveira de Araújo

NÃO SABEMO QUE QUEREM NÃO VÃO DAR NADA NINGUÉM VAI DERIR



2006

maringoni